

No. 27853

BRAZIL
and
CZECHOSLOVAKIA

Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income (with protocol). Signed at Brasília on 26 August 1986

Authentic texts: Portuguese, Czech and English.

Registered by Brazil on 25 January 1991.

BRÉSIL
et
TCHÉCOSLOVAQUIE

Couvention tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu (avec protocole). Signée à Brasília le 26 août 1986

Textes authentiques : portugais, tchèque et anglais.

Enregistrée par le Brésil le 25 janvier 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DA
TCHECOSLOVÁQUIA DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRI-
BUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE
IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Socialista da Tchecoslováquia,

Desejando concluir uma Convenção Destinada a Evitar a Dupla
Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a
Renda,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

Pessoas visadas

A presente Convenção aplica-se às pessoas residentes de um
ou de ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 2

Impostos visados

1. A presente Convenção aplica-se aos impostos sobre a renda
cobrados por um dos Estados Contratantes, seja qual for o sistema
usado para sua cobrança.

2. Os impostos aos quais se aplica a presente Convenção são:

a) no caso do Brasil:

- o imposto federal sobre a renda, com exclusão do imposto suplementar de renda e do imposto sobre atividades de menor importância;
(doravante referido como "imposto brasileiro");

b) no caso da Tchecoslováquia:

- os impostos sobre os lucros;
- o imposto sobre salários;
- o imposto sobre a renda de atividades literárias e artísticas;
- o imposto agrícola;
- o imposto sobre a renda da população; e
- o imposto sobre casas;
(doravante referidos como "imposto tchecoslovaco").

3. A Convenção aplica-se também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que forem introduzidos após a data da sua assinatura, seja em adição aos impostos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente de quaisquer modificações significativas que tenham ocorrido em suas respectivas legislações tributárias.

ARTIGO 3

Definições gerais

1. Na presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

- a) o termo "Brasil" designa o território da República Federativa do Brasil, isto é, a terra firme continental e insular e respectivo espaço aéreo, bem como o mar territorial e o leito e subsolo desse mar, inclusive o espaço aéreo acima do mar territorial, dentro do qual, em conformidade com o Direito Internacional e com as leis brasileiras, o Brasil possa exercer seus direitos;

- b) o termo "Tchecoslováquia" significa a República Socialista da Tchecoslováquia;
- c) o termo "nacionais" designa:
- I - todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade de um Estado Contratante;
 - II - todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas de acordo com a legislação em vigor em um dos Estados Contratantes.
- d) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam o Brasil ou a Tchecoslováquia, consoante o contexto;
- e) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;
- f) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que, para fins tributários, seja considerada como pessoa jurídica;
- g) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- h) a expressão "tráfego internacional" designa qualquer transporte efetuado por um navio ou aeronave explorado por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando o navio ou a aeronave seja explorado apenas entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- i) o termo "imposto" designa o imposto brasileiro ou o imposto tchecoslovaco, consoante o contexto;
- j) a expressão "autoridade competente" designa:

I - no caso do Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

II - no caso da Tchecoslováquia: o Ministro da Fazenda da República Socialista da Tchecoslováquia ou seu representante autorizado.

2. Para a aplicação da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão que não se encontre de outro modo definida tem o sentido que lhe é atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objeto da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente.

ARTIGO 4

Domicílio fiscal

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto em razão do seu domicílio, residência, sede de direção ou qualquer outro critério de natureza análoga.

2. Quando por força do disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, uma pessoa física for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) será considerada residente do Estado em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente do Estado com o qual suas relações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);
- b) se o Estado em que tenha o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente do Estado em que permanecer de forma habitual;

- c) se permanecer de forma habitual em ambos os Estados ou se não permanecer de forma habitual em nenhum deles, será considerada residente do Estado de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude do disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, uma pessoa que não seja uma pessoa física for residente de ambos os Estados ontratantes, será considerada residente do Estado em que estiver situada sua sede de direção efetiva.

ARTIGO 5

Estabelecimento permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerce toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção, ou de instalação, ou de montagem, cuja duração exceda 6 meses.

3. A expressão "estabelecimento permanente" não compreende:
- a) a utilização de instalação unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
 - b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;
 - c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
 - d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias, ou obter informações para a empresa;
 - e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de publicidade, fornecimento de informações, pesquisas científicas ou atividades análogas que tenham caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.
4. Uma pessoa que atue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante - e desde que não seja um agente que goze de um "status" independente ao qual se aplica o parágrafo 5 - será considerada como estabelecimento permanente no primeiro Estado se tiver, e exercer habitualmente nesse Estado, autoridade para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que suas atividades sejam limitadas à compra de bens ou mercadorias para a empresa.
5. Uma empresa de um Estado Contratante não será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer a sua atividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades.
6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerça sua atividade nesse outro Estado

(quer seja por intermédio de um estabelecimento permanente, quer de outro modo) não será, por si só, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente do outro.

ARTIGO 6

Rendimentos de bens imobiliários

1. Os rendimentos de bens imobiliários, incluindo os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.
2.
 - a) Com ressalva do disposto nas alíneas b) e c), a expressão "bens imobiliários" é definida de acordo com a legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados;
 - b) a expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade territorial, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais;
 - c) os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.
3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos provenientes da exploração direta, da locação ou do arrendamento, assim como de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.
4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos de bens imobiliários que sirvam para o exercício de profissões independentes.

ARTIGO 7

Lucros das empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante são tributáveis nesse mesmo Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros são tributáveis no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Com ressalva do disposto no parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante a esse estabelecimento permanente os lucros que obteria se fosse uma empresa distinta e separada exercendo atividades idênticas ou similares em condições idênticas ou similares e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento permanente.

3. Na determinação dos lucros de um estabelecimento permanente é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo fato da simples compra, por este estabelecimento permanente, de bens ou mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outro Artigo da presente Convenção, as respectivas disposições não serão afetadas pelo disposto neste Artigo.

ARTIGO 8

Navegação marítima e aérea

1. Os lucros provenientes da exploração, no tráfego internacional, de navios ou aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

2. Se a sede da direção efetiva da empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, essa sede considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto de registro desse navio ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3. O disposto no parágrafo 1 do presente Artigo aplica-se também aos lucros provenientes da participação em um consórcio, em uma exploração em comum ou em um organismo internacional de exploração.

ARTIGO 9

Empresas associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou quando
- b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tais.

ARTIGO 10

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos dividendos o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos dividendos.

Este parágrafo não afetará a tributação da sociedade em relação aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O disposto nos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo não se aplica se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e a participação em relação à qual os dividendos são pagos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14 da presente Convenção, conforme couber.

4. O termo "dividendos", usado no presente Artigo, designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como os rendimentos provenientes de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação tributária do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

5. Quando um residente da Tchecoslováquia tiver um estabelecimento permanente no Brasil, esse estabelecimento permanente poderá estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 15% do montante bruto dos lucros desse estabelecimento permanente determinado após o pagamento do imposto de sociedades referente a esses lucros.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida

em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre lucros não distribuídos, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. A limitação da alíquota do imposto prevista nos parágrafos 2 e 5 do presente Artigo não se aplica aos dividendos ou lucros pagos ou remetidos antes do término do terceiro ano calendário seguinte ao ano em que a Convenção entrar em vigor.

ARTIGO 11

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos juros o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10% no que concerne aos juros de empréstimos e créditos concedidos por um banco, por um período de no mínimo 10 anos, ligados à venda de equipamentos industriais ou ao estudo, à instalação ou ao fornecimento de unidades, industriais ou científicas, assim como a obras públicas;

b) 15% do montante bruto dos juros em todos os demais casos.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo de outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade desse Governo ou subdivisão política são isentos de tributação no primeiro Estado

mencionado, a não ser que se aplique o subparágrafo b) abaixo;

b) os juros de obrigações, títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou por qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade desse Governo ou de subdivisão política são tributáveis nesse Estado.

4. O termo "juros", usado no presente Artigo, designa os rendimentos de títulos da dívida pública, de títulos ou debêntures, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como outros rendimentos que, pela legislação tributária do Estado Contratante de que provêm, sejam assemelhados aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. O disposto nos parágrafos, 1, 2 e 3 do presente Artigo não se aplica se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada e o crédito em relação ao qual os juros são pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14 da presente Convenção, conforme couber.

6. A limitação estabelecida no parágrafo 2 do presente Artigo não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

7. Os juros são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política, ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver em um Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder aquele que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante mencionado. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

ARTIGO 12

Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses "royalties" podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos "royalties" o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

- a) 25% do montante bruto dos "royalties" provenientes do uso ou da concessão do uso de marcas de indústria ou de comércio;
- b) 15% do montante bruto dos "royalties" em todos os demais casos.

3. O termo "royalties", usado neste Artigo, designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), de uma patente, marca de indústria ou de comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou processos secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos "royalties", seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties" e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses "royalties", tais "royalties" são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo não se aplica se o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que provêm os "royalties" por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem que deu origem aos "royalties" estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14 da presente Convenção, conforme couber.

6. Quando, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos "royalties" tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. A limitação da alíquota do imposto referida no parágrafo 2 b) deste Artigo não se aplica aos "royalties" pagos antes do término do quinto ano calendário seguinte ao ano calendário em que a Convenção entrar em vigor quando tais "royalties" forem pagos a um residente de um Estado Contratante que possua, direta ou indiretamente, no mínimo 50% do capital com direito a voto da sociedade que paga os "royalties".

ARTIGO 13

Ganhos de capital

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, definidos no parágrafo 2 do Artigo 6 da presente Convenção, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis no outro Estado Contratante. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios e aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários pertinentes à exploração de tais navios e aeronaves só são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

ARTIGO 14

Profissões independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento desses serviços ou atividades caiba a um estabelecimento permanente situado no outro Estado Contratante ou a uma sociedade aí residente. Neste caso, os rendimentos são tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

ARTIGO 15

Profissões dependentes

1. Com ressalva do disposto nos Artigos 16, 18 e 19 da presente Convenção, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1 acima, as remunerações que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias do ano fiscal considerado, e
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado, e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional são tributáveis no Estado Contratante em que estiver situada a sede da direção efetiva da empresa.

ARTIGO 16

Remunerações de direção

As remunerações de direção e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe na qualidade de membro da diretoria ou de qualquer conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

ARTIGO 17

Artistas e desportistas

1. Não obstante o disposto nos Artigos 14 e 15 da presente Convenção, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculo, tais como artistas de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão e músicos, bem como pelos desportistas, no exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais, são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

2. Quando os serviços mencionados no parágrafo 1 do presente Artigo forem fornecidos em um Estado Contratante por uma empresa do outro Estado Contratante, os rendimentos recebidos pela empresa pelo fornecimento desses serviços são tributáveis no primeiro Estado Contratante, não obstante as outras disposições da presente Convenção.

Os rendimentos obtidos por essa empresa pelo fornecimento desses serviços são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante mencionado, se a empresa for direta ou indiretamente custeada, total ou substancialmente, por fundos públicos do Governo do outro Estado Contratante.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo, os rendimentos originados das atividades definidas no parágrafo 1, realizadas no contexto de intercâmbio cultural entre os Estados Contratantes, são isentos de imposto no Estado Contratante em que essas atividades são exercidas.

ARTIGO 18

Pensões e anuidades

1. Com ressalva do disposto no Artigo 19 da presente Convenção, as pensões e outras remunerações similares que não excederem um montante equivalente a 3.000 dólares dos EUA em um ano calendário, as pensões alimentícias que não excederem 3.000 dólares dos EUA em um ano calendário e as anuidades que não excedem 3.000 dólares dos EUA em um ano calendário, pagas a um residente de um Estado Contratante, só são tributáveis nesse Estado.

O montante que exceder os limites acima mencionados é tributável em ambos os Estados Contratantes.

2. No presente Artigo:

- a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos efetuados depois de aposentadoria em consequência de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de emprego anterior;
- b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados durante a vida ou durante um período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

ARTIGO 19

Pagamentos governamentais

1. As remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas remunerações são tributáveis no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse Estado e se a pessoa física for um residente desse Estado que:

- a) seja um nacional desse Estado; ou
- b) não tenha se tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. As pensões pagas por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou autoridade, só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas pensões só são tributáveis no outro Estado Contratante se a pessoa física for um residente e um nacional desse Estado.

3. As pensões pagas com fundos provenientes da previdência social de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante só são tributáveis no Estado primeiramente mencionado.

4. O disposto nos Artigos 15, 16 e 18 da presente Convenção aplica-se às remunerações e pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou uma sua autoridade local.

ARTIGO 20

Professores ou pesquisadores

Uma pessoa física que é ou foi em período imediatamente anterior a sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Estado primeiramente mencionado ou de uma universidade, estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural desse primeiro Estado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições será isenta de imposto nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que o pagamento de tal remuneração provenha de fora desse Estado.

ARTIGO 21

Estudantes e aprendizes

1. Uma pessoa física que é ou foi em período imediatamente anterior a sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que permanecer no Estado primeiramente mencionado unicamente:

- a) como estudante de uma universidade, estabelecimento de ensino superior ou escola desse primeiro Estado,

- b) como beneficiário de uma bolsa, subvenção ou prêmio concedidos por uma organização religiosa, de caridade, científica com o fim primordial de estudar ou pesquisar,
- c) como membro de um programa de cooperação técnica organizado pelo Governo do outro Estado Contratante; ou,
- d) como aprendiz,

será isenta de imposto no Estado primeiramente mencionado no que concerne às remessas provenientes do exterior para fins de sua manutenção, educação ou treinamento.

ARTIGO 22

Outros rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos Artigos procedentes da presente Convenção são tributáveis nesse outro Estado.

ARTIGO 23

Métodos para eliminar a dupla tributação

1. Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, possam ser tributados na Tchecoslováquia, o Brasil deduzirá do imposto sobre a renda desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago na Tchecoslováquia.

Todavia, o montante deduzido não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados na Tchecoslováquia.

2. Quando um residente da Tchecoslováquia receber rendimentos não mencionados no parágrafo 3 que, de acordo com as disposições da presente Convenção, possam ser tributados no Brasil, o Estado primeiramente mencionado isentará de imposto tais rendimentos.

3. Quando um residente da Tchecoslováquia receber rendimentos que, de acordo com as disposições dos Artigos 11, 12, 16 e 17 da presente Convenção, possam ser tributados no Brasil, a Tchecoslováquia deduzirá do imposto sobre a renda dessa pessoa um montante igual ao imposto pago no Brasil.

Todavia, o montante deduzido não poderá exceder a fração do imposto, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos recebidos do Brasil.

4. Para a dedução indicada no parágrafo 3 do presente Artigo, feita em relação à tributação de juros e "royalties", o imposto brasileiro será sempre considerado como tendo sido pago à alíquota de 25 por cento.

5. Os lucros não distribuídos de uma sociedade de um Estado Contratante, cujo capital pertencer ou for controlado total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não serão tributáveis nesse último Estado.

6. O valor das ações emitidas por uma sociedade anônima de um Estado Contratante, cujo capital pertencer ou for controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não estará sujeito a imposto sobre a renda neste último Estado.

ARTIGO 24

Não-discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções de impostos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja possuído ou controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas no Estado primeiramente mencionado a nenhuma tributação ou obrigação correspondente mais onerosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas outras empresas similares do primeiro Estado.

4. Neste Artigo, o termo "tributação" designa os impostos visados pela presente Convenção.

ARTIGO 25

Procedimento amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pela legislação interna desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em discordância com a Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver através de acordo amigável as dificuldades ou as dúvidas que surgirem na interpretação ou aplicação da Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo, nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

ARTIGO 26

Troca de informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar a presente Convenção. Todas as informações deste modo trocadas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas às pessoas, autoridades ou tribunais encarregados do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção ou da decisão sobre recursos ou da instauração de processos sobre delitos relativos a esses impostos.

2. O disposto no parágrafo 1 do presente Artigo não poderá em nenhum caso ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias a sua legislação e a sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer pormenores que não possam ser obtidos com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) de transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

ARTIGO 27

Funcionários diplomáticos e consulares

Nada na presente Convenção prejudicará os privilégios fiscais de que se beneficiem os funcionários diplomáticos ou consulares em virtude de regras gerais de direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

ARTIGO 28

Entrada em vigor

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Praga o mais cedo possível.

2. A Convenção entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicadas:

- a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou creditadas em ou depois de 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;
- b) no que concerne aos demais impostos visados pela Convenção, ao ano fiscal que comece em ou depois de 1º de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

ARTIGO 29

Denúncia

Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a presente Convenção depois de decorrido um período de três anos a contar da data de sua entrada em vigor, mediante um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante através dos canais diplomáticos, desde que tal aviso seja dado no ou antes do dia 30 de junho de qualquer ano calendário.

Neste caso, a Convenção será aplicada pela última vez:

- a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias recebidas antes da expiração do ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado;
- b) no que concerne aos outros impostos visados pela Convenção, às importâncias recebidas durante o ano fiscal que comece no ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado.

Feita em Brasília, no dia 26 de agosto de 1986, em dois exemplares originais, cada um nas línguas portuguesa, tcheca e inglesa, sendo todos os três textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[*Signed — Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República Socialista
da Tchecoslováquia:

[*Signed — Signé*]

JAROMIR ZAK

P R O T O C O L O

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, acordaram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da presente Convenção.

1. Com referência ao Artigo 7, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3, do Artigo 7, será interpretado no sentido de significar que as despesas feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração, serão dedutíveis, quer se efetuadas no Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado, quer fora dele.

2. Com referência ao Artigo 11, parágrafo 3.a)

Fica entendido que o termo "agência de propriedade desse Governo" significa:

a) no caso do Brasil, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil;

b) no caso da Tchecoslováquia, o Banco Comercial da Tchecoslováquia ("Ceskoslovenská Obchodní Banka").

3. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3, do Artigo 12, aplica-se aos rendimentos obtidos pela prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

4. Com referência ao Artigo 14

Fica entendido que o disposto no Artigo 14 aplica-se mesmo se as atividades forem exercidas por uma sociedade civil.

5. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 2

Fica entendido que as disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 não são conflitantes com as do parágrafo 2, do Artigo 24.

6. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 3

As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties", como definidos no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por uma sociedade residente do Brasil a um residente da República Socialista da Tchecoslováquia que possua no mínimo 50 por cento do capital com direito a voto dessa sociedade, sejam dedutíveis no momento de se determinar o rendimento tributável da sociedade residente do Brasil, não são conflitantes com as disposições do parágrafo 3 do Artigo 24 da presente Convenção.

Feito em Brasília, no dia 26 de agosto de 1986, em dois exemplares originais, cada um nas línguas portuguesa, tcheca e inglesa, sendo todos os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República Socialista
da Tchecoslováquia:

[Signed — Signé]

JAROMIR ZAK

[CZECH TEXT — TEXTE TCHÈQUE]

SMLOUVA MEZI VLÁDOU BRAZILSKÉ FEDERATIVNÍ REPUBLIKY A VLÁDOU ČESKOSLOVENSKÉ SOCIALISTICKÉ REPUBLIKY O ZAMEZENÍ DVOJÍHO ZDANĚNÍ A ZABRÁNĚNÍ DAŇOVÉMU ÚNIKU V OBORU DANÍ Z PŘÍJMU

Vláda Brazílské federativní republiky a
Vláda Československé socialistické republiky
přejíce si uzavřít smlouvu o zamezení dvojího zdanění
a zabránění daňovému úniku v oboru daní z příjmu,

se dohodly takto :

Článek 1

OSOBY, NA KTERÉ SE SMLOUVA VZTAHUJE

Tato smlouva se vztahuje na osoby, které mají bydliště či sídlo v jednom nebo obou smluvních státech (rezidenti).

Článek 2

DANĚ, NA KTERÉ SE SMLOUVA VZTAHUJE

1. Tato smlouva se vztahuje na daně z příjmu vybírané ve prospěch každého ze smluvních států, ať je způsob vybírání jakýkoli.
2. Současné daně, na které se smlouva vztahuje, jsou :
 - a) v Brazílii:
 - federální daň z příjmu, s výjimkou daně z dodatkových příjmů a daně na činnosti menšího významu (dále nazývaná "brazílská daň")

b) v Československu:

- daně ze zisku;
 - daň ze mzdy;
 - daň z příjmů z literární a umělecké činnosti;
 - daň zemědělská;
 - daň z příjmů obyvatelstva;
 - daň domovní
- (dále nazývané "československá daň")

3. Tato smlouva se vztahuje také na daně stejného nebo podobného druhu, které budou vybírány vedle současných daní nebo místo nich. Příslušné úřady smluvních států si vzájemně sdělí významné změny, které byly provedeny v jejich příslušných daňových zákonech.

ČLÁNEK 3

VŠEOBECNÉ DEFINICE

1. Ve smyslu této smlouvy, pokud souvislost nevyžaduje odlišný výklad:

- a) výraz "Brazílie" označuje území Brazílské federativní republiky, což je území pevniny a ostrovů a jemu odpovídající vzdušný prostor a rovněž výsostné vody a jim odpovídající mořské dno a podloží, včetně vzdušného prostoru nad výsostným územím, nad nímž v souladu s mezinárodním právem a brazilskými zákony mohou být vykonávána brazilská práva;
- b) výraz "Československo" označuje Československou socialistickou republiku;
- c) výraz "státní příslušníci" označuje:
 - I - všechny fyzické osoby, které jsou státními občany některého smluvního státu,

- II - všechny právnické osoby, osobní společnosti a sdružení osob, které byly zřízeny podle práva platného v některém smluvním státě;
- d) výrazy "jeden smluvní stát" a "druhý smluvní stát" označují podle případu Brazílii nebo Československo;
- e) výraz "osoba" zahrnuje fyzické osoby, společnosti a všechna jiná sdružení osob;
- f) výraz "společnost" označuje organizační útvary, osoby nebo nositele práv, považované pro účely zdanění za organizační útvary;
- g) výrazy "podnik jednoho smluvního státu" a "podnik druhého smluvního státu" označují podnik provozovaný rezidentem jednoho smluvního státu nebo podnik provozovaný rezidentem druhého smluvního státu;
- h) výraz "mezinárodní doprava" označuje jakoukoli dopravu uskutečňovanou lodí nebo letadlem, která je provozována podnikem, jehož místo skutečného vedení je umístěno v jednom smluvním státě, pokud loď nebo letadlo nejsou provozovány jen mezi místy v druhém smluvním státě;
- i) výraz "daň" znamená podle souvislosti brazilskou daň nebo československou daň;
- j) výraz "příslušný úřad" označuje.
- 1 - v Brazílii: ministra financí, sekretáře státních příjmů nebo jejich zmocněné zástupce;
- II - v Československu: ministra financí československé socialistické republiky nebo jeho zmocněného zástupce.

2. Každý výraz, který není jinak definován, má pro aplikaci této smlouvy smluvním státem význam, který mu náleží podle práva tohoto státu, které upravuje daně, na které se vztahuje tato smlouva, pokud souvislost nevyžaduje odlišný výklad.

Článek 4

DAŇOVÁ PŘÍSLUŠNOST

1. Výraz "rezident jednoho smluvního státu" označuje ve smyslu této smlouvy každou osobu, která je podle práva tohoto státu podrobena v tomto státě zdanění z důvodu svého bydliště, stálého pobytu, místa vedení nebo jakéhokoli jiného podobného kritéria.
2. Jestliže fyzická osoba je podle ustanovení odstavce 1 rezidentem v obou smluvních státech, bude jeho postavení určeno následovně:
 - a) předpokládá se, že tato osoba je rezidentem v tom smluvním státě, ve kterém má stálý byt. Jestliže má stálý byt v obou smluvních státech, předpokládá se, že je rezidentem v tom smluvním státě, ke kterému má užší osobní a hospodářské vztahy (středisko životních zájmů);
 - b) jestliže nemůže být určeno, ve kterém smluvním státě má tato osoba středisko svých životních zájmů nebo jestliže nemá stálý byt v žádném smluvním státě, předpokládá se, že je rezidentem v tom smluvním státě, ve kterém se obvykle zdržuje;
 - c) jestliže se tato osoba obvykle zdržuje v obou smluvních státech nebo v žádném z nich, předpokládá se, že je rezidentem v tom smluvním státě, jehož je státním občanem;
 - d) jestliže je tato osoba státním občanem obou smluvních států nebo žádného z nich, vynesají se příslušné úřady smluvních států upravit otázku vzájemnou dohodou.
3. Jestliže osoba jiná než osoba fyzická je podle ustanovení odstavce 1 rezidentem v obou smluvních státech, předpokládá se, že je rezidentem v tom státě, v němž je místo jejího skutečného vedení.

ČLÁNEK 5

STÁLÁ PROVOZOVNA

1. Výraz "stálá provozovna" označuje ve smyslu této smlouvy trvalé zařízení pro podnikání, jehož prostřednictvím podnik vykonává zcela nebo zčásti svoji činnost.
2. Výraz "stálá provozovna" zahrnuje obzvláště:
 - a) místo vedení;
 - b) závod;
 - c) kancelář;
 - d) továrnu;
 - e) dílnu;
 - f) důl, lom nebo každé jiné místo, kde se těží přírodní zdroje;
 - g) staveniště nebo montáž nebo instalace zařízení, jestliže trvají déle než 6 měsíců.
3. Výraz "stálá provozovna" nezahrnuje:
 - a) zařízení, které se využívá pouze k uskladnění, vystavení nebo k dodání zboží patřícího podniku;
 - b) zásobu zboží patřícího podniku, která se udržuje pouze za účelem uskladnění, vystavení nebo dodání;
 - c) zásobu zboží patřícího podniku, která se udržuje pouze za účelem zpracování jiným podnikem;
 - d) trvalé zařízení pro podnikání, které se využívá pouze za účelem nákupu zboží nebo shromáždování informací pro podnik;
 - e) trvalé zařízení pro podnikání, které se využívá pro podnik pouze za účelem reklamy, poskytování informací, vědeckého výzkumu nebo pro provádění podobných činností, které mají přípravný nebo pomocný charakter.
4. Osoba jednající v jednom smluvním státě na účet podniku druhého smluvního státu — jiná než nezávislý zástupce, na kterého se vztahuje odstavec 5 — se považuje za "stálou provozovnu" v prvně zmíněném státě, jestliže je v tomto státě vybavena plnou

moci, kterou tam obvykle využívá a která ji dovoluje uzavírat smlouvy jménem podniku, pokud činnost této osoby není omezena nákupy zboží pro podnik.

5. Nepředpokládá se, že podnik má stálou provozovnu v některém smluvním státě jenom proto, že tam vykonává svoji činnost prostřednictvím makléře, generálního komisionáře nebo jiného nezávislého zástupce, pokud tyto osoby jednají v rámci své řádné činnosti.

6. Skutečnost, že společnost, která je rezidentem v jednom smluvním státě, ovládá společnost nebo je ovládána společností, která je rezidentem v druhém smluvním státě nebo která tam vykonává svoji činnost (ať prostřednictvím stálé provozovny nebo jinak), neučiní sama o sobě z kterékoli této společnosti stálou provozovnu druhé společnosti.

Článek 6

PŘÍJMY Z NEMOVITÉHO MAJETKU

1. Příjmy z nemovitého majetku včetně příjmů ze zemědělských a lesních podniků mohou být zdaněny ve smluvním státě, v němž je tento majetek umístěn.

2. a) s výhradou ustanovení pododstavce b) a c) se definuje výraz "nemovitý majetek" ve shodě s právem smluvního státu, v němž tento majetek leží;
- b) tento výraz zahrnuje v každém případě příslušenství nemovitého majetku, mrtvý a živý inventář zemědělských a lesních podniků a práva, pro která platí předpisy občanského práva vztahující se na pozemky, právo požávkování nemovitého majetku a práva na proměnlivé nebo pevné platy za těžení nebo za přivolení k těžení nerostných ložisek, pramenů a jiných přírodních zdrojů;
- c) lodí, člunů a letadla se nepovažují za nemovitý majetek.

3. Ustanovení odstavce 1 platí pro příjmy z přímého užívání, nájmu nebo každého jiného způsobu užívání nemovitého majetku.

4. Ustanovení odstavců 1 a 3 platí stejně pro příjmy z nemovitého majetku podniku a pro příjmy z nemovitého majetku uživatele k výkonu nezávislého povolání.

Článek 7

ZISKY PODNIKŮ

1. Zisky podniku jednoho smluvního státu budou zdaněny jen v tomto státě, pokud podnik nevykonává svoji činnost v druhém smluvním státě prostřednictvím stálé provozovny, která je tam umístěna. Jestliže podnik vykonává svoji činnost tímto způsobem mohou být zisky podniku zdaněny v tomto druhém státě, avšak pouze v takovém rozsahu, v jakém je lze přičítat této stálé provozovně.

2. Jestliže podnik jednoho smluvního státu vykonává svoji činnost v druhém smluvním státě prostřednictvím stálé provozovny, která je tam umístěna, přisuzují se s výhradou ustanovení odstavce 3 v každém smluvním státě této stálé provozovně zisky, které by byla mohla docílit, kdyby byla jako samostatný podnik vykonávala stejné nebo obdobné činnosti za stejných nebo obdobných podmínek a byla zcela nezávislá ve styku s podnikem, jehož je stálou provozovnou.

3. Při výpočtu zisků stálé provozovny se povoluje odečíst náklady vynaložené na cíle sledované touto provozovnou včetně výloh vedení a všeobecných správních výloh.

4. Stálé provozovně se nepřičítou žádné zisky na základě skutečnosti, že pouze nakupovala zboží pro podnik.

5. Jestliže zisky zahrnují příjmy, o nichž se pojednává odděleně v jiných člancích této smlouvy, nebudou ustanovení oněch článků dotčena ustanoveními tohoto článku.

Článek 8

LODNÍ A LETECKÁ DOPRAVA

1. Zisky z provozování lodí nebo letadel v mezinárodní dopravě budou zdaněny jen ve smluvním státě, ve kterém je umístěno sídlo skutečného vedení podniku.
2. Jestliže sídlo skutečného vedení podniku námořní dopravy je na palubě lodi, považuje se toto sídlo za umístěné ve smluvním státě, ve kterém je domovský přístav této lodi nebo není-li domovský přístav, ve smluvním státě, v němž je provozovatel lodi rezidentem.
3. Ustanovení odstavce 1 platí také pro zisky z účasti na poolu, společném provozu nebo na jiné mezinárodní provozní organizaci.

Článek 9

SDRUŽENÉ PODNIKY

Jestliže

- a) se podnik jednoho smluvního státu podílí přímo nebo nepřímo na vedení, kontrole nebo jmění podniku druhého smluvního státu, nebo

b) tytéž osoby se přímo nebo nepřímo podílejí na vedení, kontrole nebo jmění podniku jednoho smluvního státu i podniku druhého smluvního státu,

a jestliže v těchto případech jsou oba podniky ve svých obchodních nebo finančních vztazích vázány podmínkami, které dohodly nebo jim byly uloženy a které se liší od podmínek, které by byly sjednány mezi podniky nezávislými, mohou být do zisků tohoto podniku včleněny a následkem toho zdaněny zisky, které bez těchto podmínek by byly docíleny jedním z podniků, které však vzhledem k těmto podmínkám docíleny být nemohly.

Článek 10

DIVIDENDY

1. Dividendy vyplácené společnosti, která je rezidentem v jednom smluvním státě, osobě, která je rezidentem ve druhém smluvním státě mohou být zdaněny v tomto druhém státě.

2. Tyto dividendy však mohou být zdaněny ve smluvním státě, v němž má sídlo společnost, která je vypláčí, a to podle právních předpisů tohoto státu, avšak jestliže příjemce je skutečným vlastníkem dividend, daň takto stanovená nemůže přesáhnout 15 % hrubé částky dividend.

Tento odstavec se nedotýká zdanění zisků společnosti, které slouží k výplatě dividend.

3. Ustanovení odstavců 1 a 2 se nepoužijí, jestliže vlastníkem dividend, který je rezidentem v jednom smluvním státě vykonává ve druhém smluvním státě, v němž je rezidentem společnost vyplácející dividendy, průmyslovou nebo obchodní činnost prostřednictvím stále provozovny, která je tam umístěna nebo svobodně povolání prostřednictvím stále základny tam umístěné, a jestliže

účast, na jejímž základě se dividendy vyplácejí, skutečně patří k této stálé provozovně nebo k této stálé základně. V takovém případě se použijí ustanovení článku 7 nebo článku 14.

4. Výraz "dividendy" použitý v tomto článku, označuje příjmy z akcií, požitkových akcií nebo požitkových listů, kuksů, zakladatelských podílů nebo jiných práv s výjimkou pohledávek, podílů na zisku a příjmy z jiných podílů na společnosti, které jsou podle daňového práva státu, v němž je společnost, která dividendy vyplácí rezidentem postavený na roveň příjmům z akcií.

5. Pokud má rezident Československa stálou provozovnu v Brazílii, může být tato stálá provozovna podrobena srážkové dani u zdroje v souladu s brazilskými zákony. Tato daň však nemůže přesáhnout 15 % hrubé částky zisků této stálé provozovny po zaplacení daně z příjmu společnosti, která se váže k těmto ziskům.

6. Jestliže společnost, která je rezidentem v jednom smluvním státě dosahuje zisky nebo příjmy z druhého smluvního státu, nemůže tento druhý stát zdanit dividendy vyplácené společnosti, ledaže tyto dividendy jsou vypláceny osobě, která je rezidentem v tomto druhém státě nebo že účast, pro kterou se dividendy vyplácejí, skutečně patří ke stálé provozovně nebo ke stálé základně, které jsou umístěny v tomto druhém státě, ani podrobit nerozdělené zisky společnosti dani z nerozdělených zisků, i když vyplácené dividendy nebo nerozdělené zisky pozůstávají zcela nebo zčásti ze zisků nebo z příjmů obcilených v tomto druhém státě.

7. Omezení daňové sazby vyplývající z odstavců 2 a 5 se nebude aplikovat na dividendy nebo zisky vyplácené nebo poukazované před uplynutím třetího kalendářního roku po roce, v němž smlouva vstoupí v platnost.

Článek 11

ÚROKY

1. Úroky mající zdroj v jednom smluvním státě a vyplácené osobě, která je rezidentem v druhém smluvním státě mohou být zdaněny v tomto druhém státě.
2. Takové úroky však mohou být zdaněny také ve smluvním státě, ve kterém je jejich zdroj, a to podle právních předpisů tohoto státu, avšak jestliže příjemce je skutečným vlastníkem úroků, daň takto ukládaná nepřesáhne:
 - a) 10 % pokud jde o půjčky a úvěry poskytované bankou na období nejméně 10 let ve spojení s prodejem průmyslového zařízení nebo studie, instalací nebo vybavením průmyslových nebo vědeckých jednotek a ve spojení s veřejnými pracemi;
 - b) 15 % hrubé částky úroků ve všech ostatních případech.
3. Bez ohledu na ustanovení odstavců 1 a 2:
 - a) úroky plynoucí z jednoho smluvního státu a placené vládě druhého smluvního státu jeho správnímu útvaru nebo jiné instituci (včetně finanční) náležející této vládě nebo správnímu útvaru jsou osvobozeny od daně v pívně zmíněném státě, pokud se nepoužije ustanovení pododstavce b);
 - b) úroky plynoucí z cenných papírů, obligací nebo dlužních úpisů vydaných vládou jednoho smluvního státu, jeho správním útvarem nebo institucí (včetně finanční) náležející této vládě nebo správnímu útvaru budou zdaněny pouze v tomto státě.
4. Výraz "úroky" použitý v tomto článku označuje příjmy z vládních cenných papírů, obligací nebo dluhopisů zajištěných i nezajištěných zástavním právem na nemovitosti nebo doložkou o účasti na zisku dlužníka, pohledávky všeho druhu a rovněž veškeré jiné příjmy postavené na roveň příjmům z peněžních půjček podle daňových předpisů smluvního státu, z něhož příjem plyne.

5. Ustanovení odstavců 1, 2 a 3 se nepoužijí, jestliže vlastník úroků, který je rezidentem v jednom smluvním státě, vykonává v druhém smluvním státě, ve kterém mají úroky zdroj, průmyslovou nebo obchodní činnost prostřednictvím stálé provozovny, která je tam umístěna nebo nezávislé povolání prostřednictvím stálé základny tam umístěné a jestliže pohledávka, ze které jsou úroky placeny, se skutečně váže k této stálé provozovně nebo k této stálé základně. V takovém případě se použijí ustanovení článku 7 nebo článku 14.

6. Omezení stanovené v odstavci 2 se nepoužije na úroky plynoucí z jednoho smluvního státu a placené stálé provozovně náležející podniku druhého smluvního státu, která je umístěna ve třetím státě.

7. Předpokládá se, že úroky mají zdroj v jednom smluvním státě, jestliže jejich plátcem je tento stát sám, jeho správní útvar nebo osoba, která je rezidentem v tomto státě. Jestliže však plátce, ať je nebo není rezidentem v některém smluvním státě, má v jednom smluvním státě stálou provozovnu v souvislosti s níž došlo k zadlužení, na jehož základě se úroky platí a která tyto úroky nese ke své tíži, předpokládá se, že tyto úroky mají zdroj ve smluvním státě, ve kterém je stálá provozovna umístěna.

8. Jestliže částka úroků, posuzována se zřetelem k pohledávce, ze které jsou placeny, přesahuje v důsledku zvláštních vztahů existujících mezi plátcem a skutečným příjemcem úroků nebo které jeden i druhý udržují s třetími osobami, částku, kterou by byl smluvil plátce se skutečným příjemcem, kdyby nebylo takových vztahů, použijí se ustanovení tohoto článku jen na tuto naposledy zmíněnou částku. Částka platů, která jí přesahuje, může být v tomto případě zdaněna podle právních předpisů každého smluvního státu a s přihlédnutím k ostatním ustanovením této smlouvy.

Článek 12

LICENČNÍ POPLATKY

1. Licenční poplatky mající zdroj v jednom smluvním státě a placené osobě, která je rezidentem v druhém smluvním státě, mohou být zdaněny v tomto druhém státě.
2. Tyto licenční poplatky mohou však být zdaněny ve smluvním státě, ve kterém je jejich zdroj, a to podle právních předpisů tohoto státu, avšak jestliže příjemce je skutečným vlastníkem licenčních poplatků, daň takto stanovená nepřesáhne:
 - a) 25 % hrubé částky licenčních poplatků za užití nebo za právo na užití ochranných známek;
 - b) 15 % hrubé částky licenčních poplatků ve všech ostatních případech.
3. Výraz "licenční poplatky" použitý v tomto článku označuje platy jakéhokoli druhu, placené za užití nebo za právo na užití autorských práv k dílu literárnímu, uměleckému nebo vědeckému (včetně kinematografických filmů, televizních nebo rozhlasových záznamů), patentů, ochranných známek, návrhů nebo modelů, plánů tajných vzorců nebo postupů nebo za užití nebo za právo na užití průmyslového, obchodního nebo vědeckého zařízení nebo za informace, které se vztahují na zkušenosti nabyté v oblasti průmyslové, obchodní nebo vědecké.
4. Předpokládá se, že licenční poplatky mají zdroj v jednom smluvním státě, jestliže plátcem je tento stát sám, jeho správní útvar, místní orgán nebo osoba, která je rezidentem v tomto státě. Jestliže však plátcem licenčních poplatků, ať je nebo není rezidentem v některém smluvním státě, má v jednom smluvním státě stálou provozovnu nebo stálou základnu, ve spojení s níž vznikla povinnost, na jejímž základě se licenční poplatky platí a která nese ke své tíži tyto licenční poplatky, předpokládá se, že tyto licenční poplatky mají zdroj v tom smluvním státě, ve kterém je stálá provozovna umístěna.

5. Ustanovení odstavců 1 a 2 se nepoužijí, jestliže příjemce licenčních poplatků, který je rezidentem v jednom smluvním státě vykonává v druhém smluvním státě, ve kterém mají licenční poplatky zdroj, buď průmyslovou nebo obchodní činnost prostřednictvím stále provozovny, která je tam umístěna nebo nezávislé povolání prostřednictvím stále základny tam umístěné a jestliže právo nebo majetek, které dávají vznik licenčním poplatkům, jsou s nimi skutečně spojeny. V tomto případě se použijí ustanovení článku 7 nebo článku 14.

6. Jestliže částka licenčních poplatků, posuzováno se zřetelem k plnění, za které jsou placeny, přesahuje v důsledku zvláštních vztahů existujících mezi plátcem a skutečným příjemcem nebo které jeden i druhý udržují s třetími osobami, částku, kterou by byl smluvil dlužník se skutečným příjemcem, kdyby nebylo takových vztahů, použijí se ustanovení tohoto článku jen na tuto naposledy zmíněnou částku. Částka platů, která ji přesahuje, bude v tomto případě zdaněna podle právních předpisů každého smluvního státu a s přihlédnutím k ostatním ustanovením této smlouvy.

7. Omezení daňové sazby uvedené v odstavci 2b) tohoto článku, se nepoužije na licenční poplatky placené před koncem pátého kalendářního roku následujícího po roce, v němž tato smlouva vstoupí v platnost, pokud takové licenční poplatky budou placeny osobě, která je rezidentem jednoho smluvního státu a která vlastní přímo nebo nepřímo alespoň 50 % podílů s hlasovacím právem na společnosti vyplácející licenční poplatky.

Článek 13

ZISKY ZE ZCIZENÍ MAJETKU

1. Zisky ze zcizení nemovitého majetku, který je definován v článku 6, mohou být zdaněny ve smluvním státě, v němž je tento majetek umístěn.

2. Zisky ze zřízení movitého majetku, který je částí aktiv stálé provozovny, kterou má podnik jednoho smluvního státu v druhém smluvním státě nebo movitého majetku, který patří ke stálé základně, kterou rezident jednoho smluvního státu má ve druhém smluvním státě k výkonu nezávislého povolání, včetně takových zisků docílených ze zřízení takové stálé provozovny (samotné nebo spolu s celým podnikem) nebo takové stálé základny, mohou být zdaněny v tomto druhém státě. Avšak zisky ze zřízení lodí nebo letadel využívaných v mezinárodní dopravě a movitého majetku, který slouží provozu těchto lodí nebo letadel, budou zdaněny jen ve smluvním státě, ve kterém je umístěno sídlo skutečného vedení podniku.

3. Zisky ze zřízení jiného majetku nebo práva, než je uvedeno v odstavci 1 a 2, mohou být zdaněny v obou smluvních státech.

Článek 14

NEZÁVISLÁ POVOLÁNÍ

1. Příjmy, které rezident jednoho smluvního státu pobírá ze svobodného povolání nebo jiné nezávislé činnosti obdobného charakteru, budou zdaněny jen v tomto státě, pokud platby za takovéto povolání nebo činnosti nejdou k tíži stálé provozovny umístěné ve druhém smluvním státě nebo společnosti, která je v něm rezidentem. V tomto případě mohou být příjmy zdaněny v tomto druhém státě.

2. Výraz "svobodné povolání" zahrnuje obzvláště nezávisle vykonávané činnosti vědecké, literární, umělecké, vychovatelské nebo učitelské, jakož i samostatné činnosti lékařů, právníků zástupců, inženýrů, architektů, dentistů a účetních znalců.

Článek 15

ZAMĚSTNÁNÍ

1. Platy, mzdy a jiné podobné odměny, které rezident jednoho smluvního státu pobírá z důvodu placeného zaměstnání, mohou být s výhradou ustanovení článku 16, 18 a 19 zdaněny jen v tomto státě, pokud zaměstnání není vykonáváno v druhém smluvním státě. Je-li tam zaměstnání vykonáváno, mohou být odměny přijaté za ně zdaněny v tomto druhém státě.

2. Odměny, které rezident jednoho smluvního státu pobírá z důvodů placeného zaměstnání vykonávaného v druhém smluvním státě, mohou být bez ohledu na ustanovení odstavce 1 zdaněny jen v prvně zmíněném státě, jestliže

- a) příj. uce se zdržuje v druhém státě po jedno nebo více období, která nepřesáhnou v úhrnu 183 dní v daňovém roce, a
- b) odměny jsou vypláceny zaměstnavatelem nebo jménem zaměstnavatele, který není rezidentem v druhém státě, a
- c) odměny nejdou k tíži stálé provozovně nebo stálé základně, kterou má zaměstnavatel v druhém státě.

3. Nehledě na předchozí ustanovení tohoto článku, mohou být odměny pobírané z důvodu zaměstnání vykonávaného na palubě lodi nebo letadla v mezinárodní dopravě zdaněny ve smluvním státě, ve kterém je umístěno sídlo skutečného vedení podniků.

Článek 16

TANTIÉMY

Tantiémy a jiné podobné odměny, které rezident jednoho smluvního státu pobírá jako člen správní rady nebo jiného poradního orgánu společnosti, která je rezidentem ve druhém smluvním státě, mohou být zdaněny v tomto druhém státě.

Článek 17

UMĚLCI A SPORTOVCI

1. Příjmy, které pobírají rezidenti jednoho smluvního státu, jakožto na veřejnosti vystupující umělci, jako např. divadelní, filmoví, rozhlasoví a televizní umělci a hudebníci nebo jako sportovci, ze své činnosti vykonávané osobně, mohou být bez ohledu na ustanovení článku 14 a 15 zdaněny ve smluvním státě, kde je tato činnost vykonávána.

2. Pokud činnosti uvedené v odstavci 1 tohoto článku jsou prováděny v jednom smluvním státě prostřednictvím organizace druhého smluvního státu, může být příjem plynoucí z provádění těchto činností, bez ohledu na jiná ustanovení této smlouvy, zdaněn v prvně zmíněném smluvním státě.

Příjem plynoucí z provádění těchto činností prostřednictvím organizace bude vyjmut ze zdanění v prvně zmíněném smluvním státě, jestliže tato organizace je přímo či nepřímo, zcela nebo podstatně udržována z veřejných prostředků druhého smluvního státu.

3. Příjmy z činností definovaných v odstavci 1 se bez ohledu na ustanovení odstavců 1 a 2 tohoto článku vykonávají, jestliže se tyto činnosti vykonávají v rámci kulturní dohody sjednané mezi smluvními státy.

Článek 18

PENZE A RENTY

1. Penze a jiné obdobné platy nepřesahující částku odpovídající 3.000 US\$ v kalendářním roce, výživné nepřesahující částku 3.000 US\$ v kalendářním roce a renty nepřesahující částku

3.000 US\$ v kalendářním roce vyplácené rezidentu jednoho smluvního státu mohou být s výhradou ustanovení článku 19 zdaněny pouze v tomto státě.

Částka přesahující výše zmíněné limity může být zdaněna v obou smluvních státech.

2. Pro účely tohoto článku:

- a) výraz "penze a jiné obdobné platy" označuje opakující se platby uskutečňované po odchodu do důchodu, jakožto odměna za předchozí zaměstnání nebo jako náhrady za zranění utrpěná v souvislosti s předchozím zaměstnáním;
- b) výraz "renty" označuje stanovené částky vyplácené opakovaně v určených termínech po dobu života nebo během přesně určeného nebo určité něho období na základě závazku uskutečnit toto plnění náhradou za plně odpovídající hodnotu v penězích nebo penězi ocenitelnou (jinou než poskytnuté služby).

Článek 19

VEREJNÉ FUNKCE

1. Odměny, jiné než penze, vyplácené některým smluvním státem, správním útvarem nebo místním orgánem tohoto státu fyzické osobě za služby prokazované tomuto státu, jeho správnímu útvaru nebo místnímu orgánu mohou být zdaněny pouze v tomto státě.

Takové odměny však budou zdaněny pouze v druhém smluvním státě, jestliže služby jsou vykonávány v tomto státě a příjemce, který je rezidentem tohoto státu

- a) je státním občanem tohoto státu, nebo
- b) nezískal bydliště v tomto státě jen z důvodů konání těchto služeb.

2. Penze vypláčené některým smluvním státem, správním útvarem nebo místním orgánem tohoto státu buď přímo, nebo z fondů, které zřídily, fyzické osobě za služby prokázané tomuto státu, správním útvarem nebo místnímu orgánu, mohou být zdaněny jen v tomto státě.

Takové penze však budou zdaněny pouze v druhém smluvním státě, jestliže příjemce je rezidentem a státním občanem tohoto státu.

3. Jakékoliv penze vypláčené na základě systému sociálního zabezpečení jednoho smluvního státu rezidentu druhého smluvního státu mohou být zdaněny pouze v prvně zmíněném státě.

4. Ustanovení článků 15, 16 a 18 se použijí na odměny a penze za služby prokázané v rámci průmyslové nebo obchodní činnosti prováděné některým smluvním státem, správním útvarem nebo místním orgánem tohoto státu.

Článek 20

PROFESORI A VÝZKUMNÍ PRACOVNÍCI

Odměny, které osoba, jež je nebo byla bezprostředně před příjezdem do jednoho smluvního státu rezidentem ve druhém smluvním státě a která na pozvání prvně zmíněného státu nebo univerzity, výzkumného ústavu, školy, muzea nebo jiné kulturní instituce prvně zmíněného státu nebo na základě smlouvy o kulturní výměně, je přítomna v tomto státě po dobu nepřekračující dva roky výlučně za účelem výuky, přednášek nebo provádění výzkumu v takové instituci, pobírá z této činnosti, budou osvobozeny od daně v tomto státě za předpokladu, že jsou vypláceny ze zdrojů mimo tento stát.

Článek 21

STUDENTI A UČNI

Platy, které osoba, jež je nebo byla bezprostředně před svým příjezdem do jednoho smluvního státu rezidentem v druhém smluvním státě a která se zdržuje v prvně zmiňném státě pouze

- a) jako student na univerzitě nebo škole prvně zmiňného státu,
- b) jako příjemce stipendia nebo podpory za účelem studia nebo výzkumu poskytované náboženskou, dobročinnou, vědeckou nebo výchovnou organizací,
- c) jako účastník na programu technické spolupráce ujednaném s vládou druhého smluvního státu, nebo
- d) jako učeň,

pobírá za účelem úhrady nákladů výživy, výchovy nebo výcviku, budou osvobozeny od daně v prvně zmiňném státě za předpokladu, že pocházejí ze zdrojů mimo tento stát.

Článek 22

JINÉ PŘÍJMY

Příjmy osoby, která je rezidentem jednoho smluvního státu, plynoucí z druhého smluvního státu, o nichž se nepojednává v předchozích článcích této smlouvy, mohou být zdaněny v tomto druhém státě.

Článek 23

ZPŮSOB VYLOUČENÍ DVOJIHO ZDANĚNÍ

1. Jestliže osoba, která je rezidentem v Brazílii, pobírá příjmy, které mohou v souladu s ustanoveními této smlouvy být

zdaněny v Československu, povolí Brazílie tomuto rezidentu odečíst částku odpovídající dani zaplacené v Československu z jeho daňové povinnosti.

Částka, která se odečte, nemůže však přesáhnout podíl daně, vypočítané předtím než je odpočet proveden, která připadá na příjem, který může být zdaněn v Československu.

2. Jestliže osoba, která je rezidentem v Československu pobírá příjem, jiný než uvedený v odstavci 3, který v souladu s ustanoveními této smlouvy může být zdaněn v Brazílii, vyjme prvně zmiňovaný stát takovýto příjem ze zdanění.

3. Jestliže osoba, která je rezidentem v Československu pobírá příjem, který je v souladu s ustanoveními článků 11, 12, 16 a 17 může být zdaněn v Brazílii, povolí Československo snížit částku daně připadající na tento příjem o částku rovnající se dani zaplacené v Brazílii.

Částka, o kterou se daň sníží však nepřesáhne takovou část daně, vypočtené před jejím snížením, která připadá na příjem plynoucí z Brazílie.

4. Pro účely snížení částky daně uvedené v odstavci 3 u zdaňování úroků a licenčních poplatků se bude brazilská daň vždy považovat za zaplacenou ve výši 25 %.

5. Nerozdělené zisky společnosti jednoho smluvního státu, jejíž majetek je zcela nebo částečně vlastněn nebo kontrolován přímo či nepřímo jedním nebo více rezidenty druhého smluvního státu, nebudou podléhat dani v posledně zmíněném státě.

6. Hodnota akcií vydaných společností jednoho smluvního státu, jejíž majetek je zcela nebo částečně vlastněn nebo kontrolován, přímo či nepřímo, jedním nebo více rezidenty druhého smluvního státu, nebudou podléhat dani z příjmu v posledně zmíněném státě.

Článek 24

ZASADA ROVNÉHO NAKLÁDÁNÍ

1. Státní příslušníci jednoho smluvního státu nebudou podrobeni v druhém smluvním státě žádnému zdanění nebo povinností s ním spojeným, které jsou jiné nebo tíživější než zdanění a s ním spojené povinnosti, kterým jsou nebo mohou být podrobeni státní příslušníci tohoto druhého státu, kteří jsou ve stejné situaci.

2. Zdanění stálé provozní, kterou podnik jednoho smluvního státu má v druhém smluvním státě, nebude v tomto druhém státě nepříznivější než zdanění podniků tohoto druhého státu, které vykonávají tutéž činnost.

Toto ustanovení nebude vykládáno jako závazek jednoho smluvního státu, aby přiznal rezidentům druhého smluvního státu osobní úlevy, srážky a snížení daně z důvodů osobního stavu nebo ročních závazků, které přiznává svým rezidentům.

3. Podniky jednoho smluvního státu, jejichž jmění je zcela nebo zčásti, přímo nebo nepřímo vlastněno nebo kontrolováno osobou, která je rezidentem v druhém smluvním státě nebo větším počtem takových osob, nebudou podrobeny v prvně zmíněném státě žádnému zdanění nebo povinností s ním spojeným, které jsou jiné nebo tíživější než zdanění a s ním spojené povinnosti, kterým jsou nebo mohou být podrobeny ostatní podobné podniky prvně zmíněného státu.

4. Výraz "zdanění" uvedený v tomto článku označuje daně, na které se vztahuje tato smlouva.

Článek 25

ŘEŠENÍ PŘÍPADŮ CESTOU DOHODY

1. Jestliže se některá osoba domnívá, že opatření jednoho nebo obou smluvních států vedou nebo povedou u ní ke zdanění, které není v souladu s ustanoveními této smlouvy, může nezávisle na oprávněných prostředcích, které poskytuje vnitrostátní právo těchto států, předložit svůj případ příslušnému úřadu smluvního státu, jehož je rezidentem.

2. Jestliže bude příslušný úřad považovat namítku za oprávněnou a nebude-li sám s to najít uspokojivé řešení, bude se snažit, aby případ upravil dohodou s příslušným úřadem druhého smluvního státu tak, aby se vyloučilo zdanění, které není ve shodě s touto smlouvou.

3. Příslušné úřady smluvních států se budou snažit vyřešit dohodou obtíže nebo pochybnosti, které mohou vzniknout při aplikaci této smlouvy.

4. Příslušné úřady smluvních států mohou vejít v přímý styk za účelem dosažení dohody ve smyslu předchozích odstavců.

Článek 26

VÝMĚNA INFORMACÍ

1. Příslušné úřady smluvních států si budou vyměňovat informace nutné pro aplikaci ustanovení této smlouvy. Veškeré informace takto poskytnuté budou udržovány v tajnosti a nemožou být sděleny jiným osobám nebo úřadům nebo soudům, než které se zabývají vyměňováním nebo vybíráním daní, na které se vztahuje tato smlouva nebo rozhodováním o oprávněných prostředcích nebo trestním stíháním ve věci těchto daní.

2. Ustanovení odstavce 1 nebudou v žádném případě vykládána tak, že ukládají smluvnímu státu povinnost:

- a) provést správní opatření, která by porušovala právní předpisy nebo správní praxi tohoto nebo druhého státu;
- b) sdělit informace, které by nemohly být získány na základě právních předpisů nebo v normálním správním řízení tohoto nebo druhého státu;
- c) sdělit informace, které by odhalily obchodní, průmyslové, hospodářské nebo výrobní tajemství nebo obchodní postup nebo informace, jejichž sdělení by bylo v rozporu s veřejným pořádkem.

Článek 27

DIPLOMATIČTÍ A KONZULARNÍ ÚŘEDNÍCI

Tato smlouva se nedotýká daňových výsad, které přísluší členům diplomatických misí a konzulárních úřadů podle obecných pravidel mezinárodního práva nebo na základě zvláštních dohod.

Článek 28

NABYTÍ PLATNOSTI

1. Tato smlouva podléhá ratifikaci a ratifikační listiny budou vyměněny v *Praze*, co nejdříve.

2. Smlouva nabyde platnosti výměnou ratifikačních listin a její ustanovení se budou uplatňovat:

- a) u daní vybíraných strážkou u zdroje na částky vyplacené nebo poukázané počínaje 1. lednem kalendářního roku následujícího po roce, v němž smlouva nabyde platnosti;
- b) u ostatních daní, o nichž pojednává tato smlouva, na každý daňový rok, počínající 1. lednem kalendářního roku následujícího po roce, v němž smlouva nabyde platnosti.

Článek 29

VÝPOVĚĎ

Každý smluvní stát může, po uplynutí tři roků od nabytí platnosti smlouvy, tuto smlouvu vypovědět písemným oznámením daným druhému smluvnímu státu diplomatickou cestou nejpozději třicátého dne měsíce června kalendářního roku.

V tomto případě se smlouva bude uplatňovat naposledy:

- a) u daní vybíraných srážkou u zdroje na částky vyplacené nebo poukázané před uplynutím kalendářního roku, v němž bylo dáno oznámení o výpovědi;
- b) u ostatních daní, o nichž pojednává tato smlouva, na částky obdržené v průběhu daňového roku začínajícího v kalendářním roce, v němž bylo dáno oznámení o výpovědi.

DANO v *Brasília* , dne *26 srpna 1986* ,
 ve dvou vyhotoveních, každé v jazyce českém, portugalském a anglickém, přičemž všechna tři znění mají stejnou platnost. V případě jakýchkoliv rozdílností výkladu bude rozhodující anglický text.

Za Vládu
 Brazílské Federativní
 Republiky:

[*Signed — Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Za Vládu
 Československé Socialistické
 Republiky:

[*Signed — Signé*]

JAROMIR ZAK

P R O T O K O L

V okamžiku podpisu Smlouvy mezi vládou Československé socialistické republiky a vládou Brazílské federativní republiky o zamezení dvojího zdanění a zabránění daňovému úniku v oboru daní z příjmu, podepsaní, k tomu řádně zmocnění, dohodli následující ustanovení, která tvoří nedílnou část této smlouvy.

1. K článku 7, odstavec 3

Rozumí se, že ustanovení odstavce 3 článku 7 bude vykládáno tak, že náklady vynaložené na cíle sledované stálou provozovnou včetně výloh vedení a všeobecných správních výloh, budou považovány odečíst, ať již vznikly ve státě, kde je tato stálá provozovna umístěna nebo jinde.

2. K článku 11, odstavec 3a)

Rozumí se, že výraz "instituce náležející vládě" označuje:

- a) v případě Československa, Československou obchodní banku;
- b) v případě Brazílie, Banco Central do Brasil a Banco do Brasil.

3. K článku 12, odstavec 3

Rozumí se, že ustanovení odstavce 3 článku 12 se bude používat na příjem za poskytování technické pomoci a technických služeb.

4. K článku 14

Rozumí se, že ustanovení článku 14 se použije, i když činnosti jsou vykonávány společností zřízenou podle občanského práva ("sociedade civil").

5. K článku 24, odstavec 2

Rozumí se, že ustanovení odstavce 5 článku 10 nejsou v rozporu s ustanoveními odstavce 2 článku 24.

6. K článku 24, odstavec 3

Ustanovení brazilských zákonů, která nepovolují, aby licenční poplatky definované v odstavci 3 článku 12 vyplácené společností, která je rezidentem v Brazílii osobě, která je rezidentem v Československu a jenž vlastní nejméně 50 % podílů s hlasovacím právem této společnosti byly odpočítávány při určování zdanitelného příjmu společnosti, která je rezidentem v Brazílii, nejsou v rozporu s ustanoveními odstavce 3, článku 24 této smlouvy.

DANO v *Brazílii* , dne 26. srpna 1986 ,
ve dvou vyhotoveních, každé v jazyce českém, portugalském a
anglickém, přičemž všechna tři znění mají stejnou platnost.
V případě jakýchkoliv rozdílností výkladu bude rozhodující
anglický text.

Za Vládu
Brazilské Federativní
Republiky:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Za Vládu
Československé Socialistické
Republiky:

[Signed — Signé]

JAROMIR ZAK

CONVENTION¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE CZECHO-
SLOVAK SOCIALIST REPUBLIC FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE
TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RE-
SPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Czechoslovak Socialist Republic,

Desiring to conclude a Convention for the avoidance of
double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to
taxes on income,

Have agreed as follows:

ARTICLE 1

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of
one or both the Contracting States.

ARTICLE 2

Taxes covered

1. This Convention shall apply to taxes on income imposed on
behalf of each Contracting State, irrespective of the manner in which
they are levied.

2. The existing taxes to which the Convention shall apply are:

a) in the case of Brazil:

¹ Came into force on 14 November 1990 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Prague, in accordance with article 28 (2).

- the federal income tax, excluding the supplementary income tax and the tax on activities of minor importance;
(hereinafter referred to as "Brazilian tax");

b) in the case of Czechoslovakia:

- the taxes on profits;
- the wages tax;
- the tax on income from literary and artistic activities;
- the agricultural tax;
- the tax on population income; and
- the house tax
(hereinafter referred to as "Czechoslovak tax").

3. This Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are subsequently imposed in addition to, or in place of, the above-mentioned taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify to each other any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

ARTICLE 3

General definitions

1. In this Convention, unless the context otherwise requires:
 - a) the term "Brazil" means the territory of the Federative Republic of Brazil, that is, the continental and insular earth and its corresponding air space, as well as the territorial sea and its corresponding sea-bed and sub-soil, including the air space above the territorial sea, within which, in accordance with international law and the Brazilian laws, the rights of Brazil may be exercised;
 - b) the term "Czechoslovakia" means the Czechoslovak Socialist Republic;
 - c) the term "nationals" means:
 - ! - all individuals possessing the nationality of a Contracting State;

1) - all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the law in force in a Contracting State;

d) the terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or Czechoslovakia as the context requires;

e) the term "person" comprises an individual, a company and any other body of persons;

f) the term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;

g) the terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

h) the term "international traffic" means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;

i) the term "tax" means Brazilian tax or Czechoslovak tax, as the context requires;

j) the term "competent authority" means:

I - in Brazil: the Minister of Finance, the Secretary of Federal Revenue or their authorized representatives;

II - in Czechoslovakia: the Minister of Finance of the Czechoslovak Socialist Republic or his authorized representative.

2. As regards the application of this Convention by a Contracting State any term not otherwise defined shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the

laws of that Contracting State relating to the taxes which are the subject of this Convention.

ARTICLE 4

Fiscal domicile

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States then this case shall be determined in accordance with the following rules:

- a) he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both Contracting States, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) if the Contracting State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either Contracting State, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has an habitual abode;
- c) if he has an habitual abode in both Contracting States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State of which he is a national;
- d) if he is a national of both Contracting States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which its place of effective management is situated.

ARTICLE 5

Permanent establishment

1. For the purpose of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business in which the business of the enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" shall include especially:

- a) a place of management;
- b) a branch;
- c) an office;
- d) a factory;
- e) a workshop;
- f) a mine, quarry or other place of extraction of natural resources;
- g) a building site or construction or assembly project, which exists for more than six months.

3. The term "permanent establishment" shall not be deemed to include:

- a) the use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise, or for collecting information, for the enterprise;
- e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of advertising, for the supply of information, for scientific research or for similar activities which have a preparatory or auxiliary character, for the enterprise.

4. A person acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State - other than an agent of independent status to whom paragraph 5 applies - shall be deemed to be a permanent establishment in the first-mentioned State if he has, and habitually exercises in that State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for the enterprise.

5. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of independent status, where such persons are acting in the ordinary course of their business.

6. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

ARTICLE 6

Income from immovable property

1. Income from immovable property including income from agriculture or forestry may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. a) Subject to the provisions of sub-paragraphs b) and c) the term "immovable property" shall be defined in accordance with the law of the Contracting State in which the property in question is situated;

b) the term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources;

c) ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of professional services.

ARTICLE 7

Business profits

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other Articles of this Convention, then the provisions of those Articles shall not be affected by the provisions of this Article.

ARTICLE 8

Shipping and air transport

1. Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2. If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits derived from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

ARTICLE 9

Associated enterprises

Where

- a) an enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or
- b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ

from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

ARTICLE 10

Dividends

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the dividends the tax so charged shall not exceed 15 per cent of the gross amount of the dividends.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

4. The term "dividends" as used in this Article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founder's shares or other rights not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights assimilated to income from shares by the taxation law of the State of which the company making the distribution is a resident.

5. Where a resident of Czechoslovakia has a permanent establishment in Brazil, this permanent establishment may be subject to a tax with held at source in accordance with Brazilian law. However, such a tax cannot exceed 15 per cent of the gross amount of the profits of that permanent establishment determined after the payment of the corporate tax related to such profits.

6. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other Contracting State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to any tax on undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

7. The tax rate limitations provided for in paragraphs 2 and 5 shall not apply to dividends or profits paid or remitted before the expiration of the third calendar year following the year in which the Convention enters into force.

ARTICLE 11

Interest

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises, and according to the laws of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the interest the tax so charged shall not exceed:

- a) 10 per cent in respect of interest from loans and credits granted by a bank for a period of at least 10 years in connection with the selling of industrial equipment or with the study, the installation or the furnishing of industrial or scientific units, as well as with public works;

b) 15 per cent of the gross amount of interest in all other cases.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2:

a) interest arising in a Contracting State and paid to the Government of the other Contracting State, a political subdivision thereof or any agency (including a financial institution) owned by that Government or political subdivision shall be exempt from tax in the first-mentioned State, unless subparagraph b) applies;

b) interest arising from securities, bonds or debentures issued by the Government of a Contracting State, a political subdivision thereof or by any agency (including a financial institution) owned by that Government or political subdivision shall be taxable only in that State.

4. The term "interest" as used in this Article means income from Government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as all other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the Contracting State in which the income arises.

5. The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

6. The limitation established in paragraph 2 shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State which is situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that Contracting State itself, a political subdivision or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the interest paid, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

ARTICLE 12

Royalties

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties, the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 per cent of the gross amount of royalties arising from the use of, or the right to use, trade marks;
- b) 15 per cent of the gross amount of royalties in all other cases.

3. The term "royalties" as used in this Article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work

(including cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting), any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by the permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

6. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, the right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

7. The tax rate limitation referred to in paragraph 2 b) of this Article shall not apply to royalties paid before the end of the fifth calendar year following the calendar year in which this Convention enters into force where such royalties are paid to a

resident of a Contracting State which holds, directly or indirectly, at least 50 per cent of the voting capital of the company paying the royalties.

ARTICLE 13

Capital gains

1. Gains from the alienation of immovable property, as defined in paragraph 2 of Article VI, may be taxed in the Contracting State in which the immovable property is situated.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing professional services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or together with the whole enterprise) or of such a fixed base, may be taxed in the other State. However, gains from the alienation of ships and aircraft operated in international traffic and movable property pertaining to the operation of such ships and aircraft shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

3. Gains from the alienation of any property or right other than those mentioned in paragraphs 1 and 2 may be taxed in both Contracting States.

ARTICLE 14

Independent personal services

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other independent activities of a similar nature shall be taxable only in that State, unless the payment of such activities and services is borne by a permanent establishment situated in the other Contracting State or a company resident therein. In such a case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

ARTICLE 15

Dependent personal services

1. Subject to the provisions of Articles 16, 18, 19 salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) the remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, remuneration in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

ARTICLE 16

Directors' fees

Directors' fees and similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of

directors or of any council of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

ARTICLE 17

Artistes and athletes

1. Notwithstanding the provisions of Articles 14 and 15, income derived by entertainers, such as theatre, motion picture, radio or television artistes, and musicians, and by athletes, from their personal activities as such may be taxed in the Contracting State in which those activities are exercised.

2. Where the services mentioned in paragraph 1 of this Article are provided in a Contracting State by an enterprise of the other Contracting State, then the income derived from providing those services by such an enterprise may, notwithstanding any other provision of this Convention, be taxed in the first-mentioned Contracting State.

The income derived from providing those services by such enterprise shall be exempt from tax in the first-mentioned Contracting State, if the enterprise is directly or indirectly supported, wholly or substantially, from public funds of the Government of that other Contracting State.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, the income derived from such activities, as defined in paragraph 1, performed within the framework of cultural exchange between the Contracting State, shall be exempt from tax in the Contracting State in which those activities are exercised.

ARTICLE 18

Pensions and annuities

1. Subject to the provisions of Article 19, pensions and other similar remuneration not exceeding an amount equivalent to US\$ 3,000 in a calendar year, alimony not exceeding US\$ 3,000 in a calendar year, and annuities not exceeding US\$ 3,000 in a calendar year paid to a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State

The amount which exceeds the above-mentioned limits may be taxed in both Contracting States.

2. As used in this Article:

- a) the term "pensions and other similar remuneration" means periodic payments made after retirement in consideration of past employment or by way of compensation for injuries received, in connection with past employment;
- b) the term "annuities" means stated sums payable periodically at stated times during life, or during a specified or ascertainable period of time, under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth (other than services rendered).

ARTICLE 19

Government service

1. Remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

However, such remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- a) is a national of that State; or
- b) did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2. Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3. Any pension paid out under the Social Security Scheme of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State.

4. The provisions of Articles 15, 16 and 18 shall apply to remuneration and pensions in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political subdivision or a local authority thereof.

ARTICLE 20

Teachers or researchers

An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who, at the invitation of the first-mentioned Contracting State or of a university, college, school, museum or other cultural institution in that first-mentioned Contracting State or under an official programme of cultural exchange, is present in that State for a period not exceeding two years solely for the purpose of teaching, giving lectures or carrying out research at such institution shall be exempt from tax in that State on his remuneration for such activity, provided that the payment of such remuneration is derived by him from outside that State.

ARTICLE 21

Students and business apprentices

An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely

- a) as a student at a university, college or school in that first-mentioned State;
- b) as the recipient of a grant, allowance or award for the primary purpose of study or research from a religious, charitable, scientific or educational organisation;

c) as a member of a technical cooperation programme entered into by the Government of the other Contracting State, or;

d) as a business apprentice,

shall be exempt from tax in the first-mentioned State in respect of remittances from abroad for the purpose of his maintenance, education or training.

ARTICLE 22

Other income

Items of income of a resident of a Contracting State, arising in the other Contracting State and not dealt with in the foregoing Articles of this Convention, may be taxed in that other State.

ARTICLE 23

Methods for the elimination of double taxation

1. Where a resident of Brazil derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Czechoslovakia, Brazil shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid in Czechoslovakia.

The deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in Czechoslovakia.

2. Where a resident of Czechoslovakia derives income not mentioned in paragraph 3 which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in Brazil, the first-mentioned State shall exempt such income from tax.

3. Where a resident of Czechoslovakia derives income which, in accordance with the provisions of Articles 11, 12, 16 and 17 may be taxed in Brazil, Czechoslovakia shall allow as a deduction from the tax on the income of that person an amount equal to the tax paid in Brazil.

Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income derived from Brazil.

4. For the deduction indicated in paragraph 3 made in connection with the taxation of interest and royalties, Brazilian tax shall always be considered as having been paid at a rate of 25 per cent.

5. Non-distributed profits of a company of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be taxable in the last-mentioned State.

6. The value of the shares issued by a company of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subject to income tax in the last-mentioned State.

ARTICLE 24

Non-discrimination

1. The nationals of a Contracting State shall not be subject in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

4. In this Article, the term "taxation" means taxes which are the subject of this Convention.

ARTICLE 25

Mutual agreement procedure

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with this Convention, he may, notwithstanding the remedies provided by the national laws of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at an appropriate solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation not in accordance with the Convention.

3. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purposes of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

ARTICLE 26

Exchange of information

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for the carrying out of this

Convention. Any information so exchanged shall be treated as secret and shall not be disclosed to any persons, authorities or courts other than those concerned with the assessment or collection of the taxes which are the subject of this Convention or the determination of appeals or the prosecution of offences in relation thereto.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on one of the Contracting States the obligation:

- a) to carry out administrative measures at variance with the laws or the administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) to supply particulars which are not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy.

ARTICLE 27

Diplomatic and consular officials

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic or consular officials under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

ARTICLE 28

Entry into force

1. This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Prague, as soon as possible.

2. The Convention shall enter into force upon the exchange of instruments of ratification and its provisions shall have effect:

- a) as respects taxes withheld at source, to amounts paid or credited on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force;

- b) as respects other taxes covered by this Convention, for any taxable year beginning on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force.

ARTICLE 29
Termination

Either Contracting State may terminate this Convention after a period of three years from the date on which this Convention enters into force by giving to the other Contracting State, through diplomatic channels, a written notice of termination, provided that any such notice shall be given only on or before the thirtieth day of June in any calendar year.

In such a case this Convention shall apply for the last time:

- a) as respects taxes withheld at source, to amounts paid or credited before the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given;
- b) as respects other taxes covered by this Convention, to amounts received during the taxable year beginning in the calendar year in which the notice of termination is given.

Done in the city of Brasília, this 26 of August 1986, in duplicate, each one in the Portuguese, Czech and English languages, all three texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:
[Signed — Signé]
ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Government
of the Czechoslovak Socialist
Republic:
[Signed — Signé]
JAROMIR ZAK

P R O T O C O L

At the moment of the signature of the Convention between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Czechoslovak Socialist Republic for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income the undersigned, being duly authorized thereto, have agreed upon the following provisions which constitute an integral part of the present Convention.

1. With reference to Article 7, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article 7 shall be construed to mean that expenses incurred for the purpose of the permanent establishment including those for executive and general administrative expenses shall be allowed as a deduction whether incurred in the State where the permanent establishment is situated or elsewhere.

2. With reference to Article 11, paragraph 3 a)

It is understood that the term "agency owned by the Government" means:

- a) in the case of Brazil, the Central Bank of Brazil ("Banco Central do Brasil") and the Bank of Brazil ("Banco do Brasil");
- b) in the case of Czechoslovakia, Czechoslovak Commercial Bank ("Ceskoslovenská Obchodní Banka").

3. With reference to Article 12, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article 12 shall apply to income derived from the rendering of technical assistance and technical services.

4. With reference to Article 14

It is understood that the provisions of Article 14 shall apply even if the activities are exercised by a Civil Company ("Sociedade Civil").

5. With reference to Article 24, paragraph 2

It is understood that the provisions of paragraph 5 of Article 10 are not in conflict with the provisions of paragraph 5¹ of Article 24.

6. With reference to Article 24, paragraph 3

The provisions of the Brazilian law which do not allow that royalties as defined in paragraph 3 of Article 12, paid by a company resident of Brazil to a resident of the Czechoslovak Socialist Republic which holds at least 50 per cent of the voting capital of that company, be deductible at the moment of the determination of the taxable income of the company resident of Brazil, are not in conflict with the provisions of paragraph 3 of Article 24 of the present Convention.

Done in the city of Brasilia, this 26th of August 1986, in duplicate, each one in the Portuguese, Czech and English languages, all three texts being equally authentic. In case of any divergence of interpretation the English text shall prevail.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Government
of the Czechoslovak Socialist
Republic:

[Signed — Signé]

JAROMIR ZAK

¹ Should read "paragraph 2 — Doit se lire « paragraphe 2 ».

[TRADUCTION — TRANSLATION]

CONVENTION¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE SOCIALISTE TCHÉCOSLOVAQUE TENDANT À ÉVITER LA DOUBLE IMPOSITION ET À PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et
Le Gouvernement de la République socialiste tchécoslovaque,
Désireux de conclure une convention tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu,
Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. PERSONNES VISÉES

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents d'un Etat contractant ou des deux Etats contractants.

Article 2. IMPÔTS VISÉS

1. La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu perçus pour le compte de chacun des Etats contractants, quel que soit le système de perception.

2. Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont :

a) Dans le cas du Brésil : L'impôt fédéral sur le revenu à l'exception de l'impôt supplémentaire sur le revenu et l'impôt sur les activités secondaires (ci-après dénommé « impôt brésilien »);

b) Dans le cas de la Tchécoslovaquie :

- Les impôts sur les bénéfices;
- L'impôt sur les salaires;
- L'impôt sur les activités littéraires et artistiques;
- L'impôt agricole;
- L'impôt sur le revenu des personnes; et
- L'impôt d'habitation

(ci-après dénommés « impôt tchécoslovaque »).

3. La présente Convention s'applique aussi aux impôts de nature identique ou analogue qui seraient établis par la suite et qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient. Les autorités compétentes des Etats contractants se communiquent les modifications de fond apportées à leurs législations fiscales respectives.

¹ Entrée en vigueur le 14 novembre 1990 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Prague, conformément au paragraphe 2 de l'article 28.

Article 3. DÉFINITIONS GÉNÉRALES

1. Dans la présente Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente :

a) Le terme « Brésil » désigne le territoire de la République fédérative du Brésil, c'est-à-dire le territoire continental et les îles, de même que l'espace aérien correspondant, ainsi que les eaux territoriales et leurs fonds marins et sous-sols, y compris l'espace aérien situé au-dessus des eaux territoriales, sur lesquels le Brésil exerce ses droits en vertu du droit des gens et de sa législation;

b) Le terme « Tchécoslovaquie » désigne la République socialiste tchécoslovaque;

c) Le terme « ressortissant » désigne :

- I. Une personne physique possédant la nationalité de l'un des Etats contractants;
- II. Une personne morale, une société de personnes ou une association dont le statut découle de la législation en vigueur dans l'un des Etats contractants;

d) Les expressions « l'un des Etats contractants » et « l'autre Etat contractant » s'entendent, suivant le contexte, du Brésil ou de la Tchécoslovaquie;

e) Le terme « personne » comprend les personnes physiques, les sociétés et tous autres groupements de personnes;

f) Le terme « société » désigne toute personne morale ou toute entité qui est considérée comme une personne morale aux fins d'imposition;

g) Les expressions « entreprise d'un Etat contractant » et « entreprise de l'autre Etat contractant » désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;

h) L'expression « trafic international » désigne tout transport effectué par un navire ou un aéronef exploité par une entreprise dont le siège de direction effective est situé dans un Etat contractant, sauf lorsque le navire ou l'aéronef n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre Etat contractant;

i) Le terme « impôt » désigne l'impôt brésilien ou l'impôt tchécoslovaque, suivant le contexte;

j) L'expression « autorité compétente » s'entend :

- I. Au Brésil : du Ministre des finances, du Secrétaire au revenu national ou de leurs représentants autorisés;
- II. En Tchécoslovaquie : du Ministre des finances de la République socialiste tchécoslovaque ou de son représentant autorisé.

2. Pour l'application de la Convention par un Etat contractant, toute expression qui n'y est pas définie a le sens que lui attribue le droit de cet Etat concernant les impôts auxquels s'applique la Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

Article 4. RÉSIDENT

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « résident d'un Etat contractant » désigne toute personne qui, en vertu de la législation de cet Etat, est

assujettie à l'impôt dans cet Etat en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue.

2. Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne physique est un résident des deux Etats contractants, sa situation est réglée de la manière suivante :

a) Cette personne est considérée comme un résident de l'Etat où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent; si elle dispose d'un foyer d'habitation permanent dans les deux Etats, elle est considérée comme un résident de l'Etat avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);

b) Si l'Etat où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des Etats, elle est considérée comme un résident de l'Etat où elle séjourne de façon habituelle;

c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans les deux Etats ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme un résident de l'Etat dont elle possède la nationalité;

d) Si cette personne possède la nationalité des deux Etats ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

3. Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique est un résident des deux Etats contractants, elle est considérée comme un résident de l'Etat où son siège de direction effective est situé.

Article 5. ETABLISSEMENT STABLE

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « établissement stable » désigne une installation fixe d'affaires par l'intermédiaire de laquelle une entreprise exerce tout ou partie de son activité.

2. L'expression « établissement stable » comprend notamment :

a) Un siège de direction;

b) Une succursale;

c) Un bureau;

d) Une usine;

e) Un atelier;

f) Une mine, une carrière ou tout autre lieu d'extraction de ressources naturelles;

g) Un chantier de construction ou de montage d'une durée de plus de six mois.

3. On considère qu'il n'y a pas « établissement stable » si :

a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison de marchandises appartenant à l'entreprise;

b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage, d'exposition ou de livraison;

c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;

d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;

e) Une installation fixe d'affaires est utilisée, pour l'entreprise, aux seules fins de publicité, de fourniture d'informations, de recherches scientifiques ou d'activités analogues qui ont un caractère préparatoire ou auxiliaire.

4. Une personne agissant dans un Etat contractant pour le compte d'une entreprise de l'autre Etat contractant — autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant visé au paragraphe 5 — est considérée comme « établissement stable » dans le premier Etat si elle dispose dans cet Etat de pouvoirs qu'elle y exerce habituellement lui permettant de conclure des contrats au nom de l'entreprise, à moins que l'activité de cette personne ne soit limitée à l'achat de marchandises pour l'entreprise.

5. On ne considère pas qu'une entreprise d'un Etat contractant a un établissement stable dans l'autre Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce son activité par l'entremise d'un courtier, d'un commissionnaire général ou de tout autre intermédiaire jouissant d'un statut indépendant, à condition que ces personnes agissent dans le cadre ordinaire de leur activité.

6. Le fait qu'une société qui est un résident d'un Etat contractant contrôle ou est contrôlée par une société qui est un résident de l'autre Etat contractant ou qui y exerce son activité (que ce soit par l'intermédiaire d'un établissement stable ou non) ne suffit pas, en lui-même, à faire de l'une quelconque de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

Article 6. REVENUS IMMOBILIERS

1. Les revenus provenant de biens immobiliers, y compris les revenus des exploitations agricoles ou forestières, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. a) Sous réserve des dispositions des alinéas *b* et *c*, l'expression « biens immobiliers » est définie conformément au droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés;

b) Cette expression englobe en tout cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits auxquels s'appliquent les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des redevances variables ou fixes pour l'exploitation ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles;

c) Les navires, bateaux et aéronefs ne sont pas considérés comme biens immobiliers.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation de biens immobiliers.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent également aux revenus provenant des biens immobiliers d'une entreprise ainsi qu'aux revenus des biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession libérale.

Article 7. BÉNÉFICES DES ENTREPRISES

1. Les bénéfices d'une entreprise d'un Etat contractant ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Si l'entreprise exerce son activité d'une telle façon, les bénéfices de l'entreprise sont imposables dans l'autre Etat mais uniquement dans la mesure où ils sont imputables audit établissement stable.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 3, lorsqu'une entreprise d'un Etat contractant exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé, dans chaque Etat contractant, à cet établissement stable les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait constitué une entreprise distincte et séparée exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il constitue un établissement stable.

3. Dans le calcul des bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses exposées aux fins poursuivies par cet établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés.

4. Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du fait que cet établissement stable a simplement acheté des marchandises pour l'entreprise.

5. Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de la présente Convention, les dispositions de ces articles ne sont pas affectées par les dispositions du présent article.

Article 8. NAVIGATION MARITIME ET AÉRIENNE

1. Les bénéfices provenant de l'exploitation, en trafic international, de navires ou d'aéronefs ne sont imposables que dans l'Etat contractant où le siège de la direction effective de l'entreprise est situé.

2. Si le siège de la direction effective d'une entreprise de navigation maritime est à bord d'un navire, ce siège sera réputé situé dans l'Etat contractant où se trouve le port d'attache de ce navire ou, à défaut de port d'attache, dans l'Etat contractant dont l'exploitant du navire est un résident.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aussi aux bénéfices provenant de la participation à un pool, à une exploitation en commun ou à un organisme international d'exploitation.

Article 9. ENTREPRISES ASSOCIÉES

Lorsque :

a) Une entreprise d'un Etat contractant participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre Etat contractant, ou que

b) Les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise d'un Etat contractant et d'une entreprise de l'autre Etat contractant,

et que, dans l'un et l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions acceptées ou imposées, qui diffèrent de celles qui seraient conclues entre des entreprises indépendantes, les bénéfices qui, sans ces conditions, auraient été obtenus par l'une des entreprises mais n'ont pu l'être en fait à cause de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

Article 10. DIVIDENDES

1. Les dividendes payés par une société qui est un résident d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces dividendes sont aussi imposables dans l'Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, et selon la législation de cet Etat; mais si la personne qui reçoit les dividendes en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des dividendes.

Le présent paragraphe n'affecte pas l'imposition de la société au titre des bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

3. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant dont la société qui paie les dividendes est un résident, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la participation génératrice des dividendes s'y rattache effectivement. Dans ces cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant le cas, sont applicables.

4. Le terme « dividendes » employé dans le présent article désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales soumis au même régime fiscal que les revenus d'actions par la législation de l'Etat dont la société distributrice est un résident.

5. Si un résident de la Tchécoslovaquie dispose d'un établissement stable au Brésil, cet établissement stable peut être assujéti à un impôt retenu à la source conformément à la législation brésilienne. Toutefois, cet impôt ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des bénéfices de cet établissement stable calculé après déduction de l'impôt sur les sociétés frappant ces bénéfices.

6. Lorsqu'une société qui est un résident d'un Etat contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par la société, sauf dans la mesure où ces dividendes sont payés à un résident de cet autre Etat ou dans la mesure où la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à un établissement stable ou à une base fixe situés dans cet autre Etat, ni prélever aucun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat.

7. Les limitations relatives au taux d'imposition prévues aux paragraphes 2 et 5 ne s'appliquent pas aux dividendes ou aux bénéfices réalisés avant l'expiration de la troisième année civile suivant l'année au cours de laquelle la Convention est entrée en vigueur.

Article 11. INTÉRÊTS

1. Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces intérêts sont aussi imposables dans l'Etat contractant d'où qu'ils proviennent et selon la législation de cet Etat; mais si la personne qui reçoit les intérêts en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder :

a) 10 p. 100 en ce qui concerne les intérêts provenant de prêts et crédits accordés par une banque pour une période d'une durée d'au moins 10 ans dans le cadre d'une vente d'équipement industriel ou d'une étude, de la création ou de l'installation de groupes industriels ou scientifiques, ainsi que de travaux publics;

b) 15 p. 100 du montant brut des intérêts dans tous les autres cas.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2 :

a) L'intérêt produit dans l'un des Etats contractants et payé au Gouvernement de l'autre Etat contractant, à l'une de ses subdivisions politiques ou à un organisme (y compris une institution financière) qui est l'entière propriété de ce gouvernement ou de cette subdivision politique, est exonéré de l'impôt dans le premier Etat contractant;

b) L'intérêt de fonds d'Etat ou d'obligations émises par le Gouvernement de l'un des Etats contractants ou l'une de ses subdivisions politiques ou par un organisme (y compris une institution financière) appartenant à ce gouvernement n'est imposable que dans cet Etat.

4. Aux fins du présent article le terme « intérêt » désigne le revenu de fonds d'Etat ou d'obligations (assortis ou non de garanties hypothécaires ou d'une clause de participation aux bénéfices) et de créances de toute nature, ainsi que tout autre revenu que la législation fiscale de l'Etat contractant où il est produit assimile au revenu de sommes prêtées.

5. Les dispositions des paragraphes 1, 2 et 3 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la créance génératrice des intérêts se rattache effectivement à l'établissement stable ou à la base fixe en question. Dans ces cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant le cas, sont applicables.

6. Les limitations prévues au paragraphe 2 ne s'appliquent pas aux intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un établissement stable d'une entreprise de l'autre Etat contractant qui est situé dans un Etat tiers.

7. L'intérêt est réputé produit dans l'un des Etats contractants si le débiteur est cet Etat lui-même, l'une de ses subdivisions politiques ou de ses collectivités locales ou un de ses résidents. Toutefois, si le débiteur de l'intérêt, qu'il soit ou non résident de l'un des Etats contractants, a dans l'un de ces Etats un établissement stable pour le compte duquel l'emprunt productif d'intérêt a été contracté et qui supporte la charge de cet intérêt, ledit intérêt est réputé produit dans l'Etat contractant où l'établissement stable est sis.

8. Si, du fait de relations particulières qui existent entre le débiteur et le créancier, ou que l'un et l'autre entretiennent avec une tierce personne, le montant de l'intérêt payé, eu égard à la créance au titre de laquelle il est versé, excède le montant dont le débiteur et le créancier seraient convenus n'eussent été lesdites relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En pareil cas, la part de versement qui est excédentaire reste imposable conformément à la législation de chacun des Etats contractants et compte dûment tenu des autres dispositions de la Convention.

Article 12. REDEVANCES

1. Les redevances produites dans l'un des Etats contractants et versées à un résident de l'autre Etat contractant peuvent être imposées dans cet autre Etat contractant.

2. Toutefois, ces redevances peuvent être imposées dans l'Etat contractant où elles sont produites et conformément à la législation de cet Etat, mais l'impôt ainsi perçu ne peut dépasser :

a) 25 p. 100 du montant brut des redevances versées en contrepartie de l'exploitation de marques de fabrique;

b) 15 p. 100 dans tous les autres cas.

3. Aux fins du présent article, le terme « redevances » désigne les rémunérations de toute nature versées en contrepartie de l'exploitation ou du droit d'exploitation d'un droit d'auteur sur une œuvre littéraire, artistique ou scientifique (y compris les œuvres cinématographiques et les films ou enregistrements destinés à la radiodiffusion ou à la télévision), brevet, marque de fabrique, dessin ou modèle, plan, formule ou procédé secrets, ou en contrepartie de l'utilisation ou du droit d'utilisation de matériel industriel, commercial ou scientifique, ou d'une information concernant une opération industrielle, commerciale ou scientifique.

4. Les redevances sont réputées produites dans l'un des Etats contractants si le débiteur en est cet Etat contractant lui-même, une de ses subdivisions politiques ou de ses collectivités locales ou un de ses résidents. Toutefois, si le débiteur des redevances, qu'il soit ou non résident de l'un des Etats contractants, a dans l'un de ces Etats un établissement stable pour le compte duquel l'obligation de verser les redevances a été contractée et qui en supporte effectivement la charge, lesdites redevances sont réputées produites dans l'Etat contractant où l'établissement stable est sis.

5. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que le droit ou le bien générateur des redevances se rattache effectivement à l'établissement stable ou à la base fixe en question. Dans ce cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant le cas, sont applicables.

6. Si du fait de relations particulières qui existent entre le payeur et le bénéficiaire des redevances, ou que l'un et l'autre entretiennent avec un tiers, le montant des redevances versées, eu égard à l'exploitation, au droit d'exploitation ou à l'information en contrepartie desquels elles sont versées, dépasse le montant dont le débi-

teur et le créancier seraient convenus n'eussent été lesdites relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. En pareil cas, la part de versement qui est excédentaire reste imposable conformément à la législation de chacun des États contractants et compte dûment tenu des autres dispositions de la Convention.

7. Le taux d'imposition maximal prévu à l'alinéa *b* du paragraphe 2 du présent article ne s'applique pas aux redevances payées avant la fin de la cinquième année civile suivant l'année civile au cours de laquelle la présente Convention est entrée en vigueur lorsque lesdites redevances sont payées à un résident d'un État contractant qui détient, directement ou indirectement, au moins 50 p. 100 du capital donnant droit de vote de la société distributrice.

Article 13. GAINS DE CAPITAL

1. Les gains produits par l'aliénation de biens immobiliers au sens du paragraphe 2 de l'article 6 peuvent être imposés dans l'État contractant où ces biens sont sis.

2. Les gains produits par l'aliénation de biens mobiliers faisant partie des avoirs d'un établissement stable qu'une entreprise de l'un des États contractants a dans l'autre État contractant, ou de biens mobiliers équipant une installation fixe dont un résident de l'un des États contractants dispose dans l'autre État aux fins de l'exercice d'une profession libérale, y compris les gains produits par l'aliénation de cet établissement stable (que celui-ci soit aliéné isolément ou en même temps que l'entreprise tout entière) ou de cette installation fixe, peuvent être imposés dans cet autre État contractant. Toutefois, les gains qu'une entreprise tire de l'aliénation de navires et d'aéronefs exploités en trafic international ou de biens mobiliers utilisés pour l'exploitation de ces navires et aéronefs ne sont imposables que dans l'État contractant où est sise la direction effective de l'entreprise.

3. Les gains produits par l'aliénation de biens ou droits autres que ceux qui sont visés aux paragraphes 1 et 2 du présent article peuvent être imposés dans les deux États contractants.

Article 14. ACTIVITÉS LUCRATIVES INDÉPENDANTES

1. Le revenu qu'un résident de l'un des États contractants tire de l'exercice d'une profession libérale ou d'une activité lucrative indépendante de nature analogue n'est imposable que dans cet État, à moins que ladite rémunération de ladite profession ou activité ne soit à la charge d'un établissement permanent sis dans l'autre État contractant ou d'une société qui y est résident. En pareil cas, ce revenu peut être imposé dans cet autre État.

2. Constitue notamment une « profession libérale » une activité indépendante de caractère scientifique, technique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15. ACTIVITÉS SALARIÉES

1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18 et 19, les traitements, salaires et autres rémunérations analogues qu'un résident de l'un des États contractants reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que dans cet État, à

moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre Etat contractant. En pareil cas, les rémunérations reçues peuvent être imposées dans cet autre Etat.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, la rémunération qu'un résident de l'un des Etats contractants reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre Etat contractant n'est imposable que dans le premier Etat :

a) Si la durée du séjour ou des séjours de l'intéressé dans l'autre Etat contractant n'excède pas 183 jours au total au cours de l'année civile considérée;

b) Si en outre la rémunération est versée par un employeur ou au nom d'un employeur qui n'est pas résident de l'autre Etat contractant; et

c) Si la rémunération n'est pas à la charge d'un établissement stable ou d'une installation fixe que l'employeur a dans cet autre Etat.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, la rémunération d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international peut être imposée dans l'Etat contractant où est sise la direction effective de l'entreprise.

Article 16. RÉTRIBUTIONS DES MEMBRES DE CONSEILS D'ADMINISTRATION

Les tantièmes, jetons de présence ou autres rétributions analogues qu'un résident de l'un des Etats contractants perçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou de tout autre conseil d'une société qui est résident de l'autre Etat contractant peuvent être imposés dans cet autre Etat.

Article 17. ARTISTES ET SPORTIFS

1. Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, le revenu que les professionnels du spectacle, tels qu'artistes de la scène, de l'écran, de la radio ou de la télévision, et musiciens, ou les sportifs tirent de l'activité qu'ils exercent en cette qualité peut être imposé dans l'Etat contractant où cette activité est exercée.

2. Nonobstant toute autre disposition de la Convention, si l'activité visée au paragraphe 1 est exercée dans l'un des Etats contractants par une entreprise de l'autre Etat contractant, les revenus qu'en tire cette entreprise peuvent être imposés dans le premier Etat contractant.

Les revenus qu'une entreprise tire d'une activité ainsi exercée sont exonérés d'impôt dans le premier Etat contractant lorsque ladite entreprise est entièrement ou largement appuyée, soit directement ou indirectement, par des fonds publics du Gouvernement de l'autre Etat contractant.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2, les revenus tirés d'une activité visée au paragraphe 1, exercée dans le cadre d'échanges culturels entre les Etats contractants, sont exonérés d'impôt dans l'Etat contractant dans lequel ladite activité est exercée.

Article 18. PENSIONS ET RENTES

1. Sous réserve des dispositions de l'article 19, les pensions et autres rémunérations analogues d'un montant qui n'excède pas l'équivalent de 3 000 dollars des Etats-Unis au cours d'une année civile, les pensions alimentaires et les rentes d'un

même montant, versées à un résident de l'un des Etats contractants ne sont imposables que dans cet Etat.

Tout montant qui est supérieur aux limites indiquées ci-avant est imposable dans les deux Etats contractants.

2. Tels qu'employés dans le présent article :

a) L'expression « pensions et autres rémunérations analogues » s'entend de paiements périodiques effectués après le passage à la retraite au titre d'un emploi antérieur ou à titre d'indemnité pour blessures subies à l'occasion d'un emploi antérieur;

b) Le terme « rente » désigne une somme fixe, payable périodiquement à des dates déterminées, la vie durant ou pendant une période qui est spécifiée ou qui peut être établie, en vertu d'une obligation d'effectuer des versements en contrepartie d'un capital suffisant intégralement versé en espèces ou en valeurs appréciables en espèces (à l'exclusion des prestations de service).

Article 19. FONCTIONS PUBLIQUES

1. Les rémunérations, autres que les pensions, versées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales à une personne physique, au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision ou collectivité, ne sont imposables que dans cet Etat.

Toutefois, ces rémunérations ne sont imposables que dans l'autre Etat contractant si les services sont rendus dans cet Etat et si le bénéficiaire de la rémunération est un résident de cet Etat qui :

a) Possède la nationalité dudit Etat, ou

b) N'est pas devenu un résident dudit Etat à seules fins de rendre les services.

2. Les pensions versées par un Etat contractant ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales, soit directement soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique au titre de services rendus à cet Etat ou à cette subdivision ou collectivité, ne sont imposables que dans cet Etat.

Toutefois, ces pensions ne sont imposables que dans l'autre Etat contractant si le bénéficiaire est un résident de cet Etat et s'il en possède la nationalité.

3. Toute pension payée au titre d'un régime de sécurité sociale de l'un des Etats contractants à un résident de l'autre Etat contractant n'est imposable que dans le premier Etat.

4. Les dispositions des articles 15, 16 et 18 s'appliquent aux rémunérations et pensions versées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité industrielle ou commerciale exercée par l'un des Etats contractants ou l'une de ses subdivisions politiques ou collectivités locales.

Article 20. ENSEIGNANTS ET CHERCHEURS

Une personne physique qui est ou était, au moment de se rendre dans l'un des Etats contractants, résident de l'autre Etat contractant et qui, à l'invitation de ce premier Etat ou d'une de ses universités, collèges, écoles, musées ou autres établissements culturels ou au titre d'un programme d'échange culturel officiel, y séjourne pendant une période ne dépassant pas deux ans à seule fin d'y enseigner, d'y donner

des conférences ou d'y effectuer des recherches est exonérée d'impôt dans cet Etat sur la rémunération qu'elle perçoit au titre de ces activités, sous réserve que ladite rémunération provienne d'une source extérieure audit Etat.

Article 21. ETUDIANTS ET STAGIAIRES

1. Une personne physique qui est ou qui était, au moment de se rendre dans l'un des Etats contractants, résident de l'autre Etat contractant et qui séjourne temporairement dans ce premier Etat exclusivement :

a) Comme étudiant d'une université, d'un collège ou d'une école de ce premier Etat;

b) Comme bénéficiaire d'une bourse, d'une subvention ou d'une allocation qui lui est versée par une institution charitable, scientifique ou éducative essentiellement pour qu'elle puisse poursuivre des études ou des recherches;

c) Comme participant à un programme de coopération technique du Gouvernement de l'autre Etat contractant; ou

d) Comme stagiaire,

est exonéré d'impôts dans le premier Etat pour les sommes qu'elle reçoit de l'étranger en vue de son entretien, de ses études ou de sa formation.

Article 22. AUTRES REVENUS

Les éléments du revenu d'un Etat contractant qui proviennent de l'autre Etat contractant qui ne sont pas traités dans les articles précédents de la présente Convention, sont imposables dans cet autre Etat.

Article 23. ELIMINATION DE LA DOUBLE IMPOSITION

1. Si un résident du Brésil perçoit un revenu qui, conformément aux dispositions de la Convention, peut être imposé en Tchécoslovaquie, le montant de l'impôt acquitté en Tchécoslovaquie est déductible de l'impôt brésilien frappant ce revenu.

Toutefois, le montant déduit ne peut pas dépasser la part de l'impôt, calculé avant la déduction, qui correspond au revenu imposable en Tchécoslovaquie.

2. Si un résident de la Tchécoslovaquie perçoit un revenu non mentionné au paragraphe 3 qui, conformément aux dispositions de la Convention, est imposable au Brésil, le premier Etat exonère d'impôt ledit revenu.

3. Si un résident de la Tchécoslovaquie perçoit un revenu qui, conformément aux dispositions des articles 11, 12, 16 et 17, peut être imposé au Brésil, le montant de l'impôt acquitté au Brésil est déductible de l'impôt tchécoslovaque frappant ce revenu.

Toutefois, le montant déduit ne peut dépasser la part de l'impôt calculé avant la déduction, qui correspond au revenu provenant du Brésil.

4. Aux fins de la déduction indiquée au paragraphe 3, accordée au titre de l'impôt sur les intérêts et les redevances, l'impôt brésilien est toujours réputé acquitté au taux de 25 p. 100.

5. Les bénéfices non distribués d'une société anonyme de l'un des Etats contractants dont le capital est entièrement ou partiellement détenu ou contrôlé, direc-

tement ou indirectement, par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant ne sont pas imposables dans cet autre Etat.

6. La valeur des actions émises par une société anonyme de l'un des Etats contractants dont le capital est entièrement ou partiellement détenu ou contrôlé, directement ou indirectement, par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant n'est pas soumise à l'impôt sur le revenu dans cet autre Etat.

Article 24. NON-DISCRIMINATION

1. Les nationaux d'un Etat contractant ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujettis les nationaux de cet autre Etat se trouvant dans la même situation.

2. L'imposition d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant n'est pas établie dans cet autre Etat d'une façon moins favorable que l'imposition des entreprises de cet autre Etat qui exercent la même activité.

Cette disposition ne peut être interprétée comme obligeant un Etat contractant à accorder aux résidents de l'autre Etat contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

3. Les entreprises d'un Etat contractant, dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant, ne sont soumises dans le premier Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative, qui est autre ou plus lourde que celle à laquelle sont ou pourront être assujetties les autres entreprises de même nature de ce premier Etat.

4. Le terme « imposition » désigne dans le présent article les impôts de toute nature ou dénomination.

Article 25. PROCÉDURE AMIABLE

1. Lorsqu'un résident d'un Etat contractant estime que les mesures prises par un Etat contractant ou par chacun des deux Etats entraînent ou entraîneront pour lui une imposition non conforme à la présente Convention, il peut, indépendamment des recours prévus par la législation nationale de ces Etats, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'Etat contractant dont il est résident.

2. Cette autorité compétente s'efforcera, si la réclamation lui paraît fondée et si elle n'est pas elle-même en mesure d'apporter une solution satisfaisante, de régler la question par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant, en vue d'éviter une imposition non conforme à la Convention.

3. Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes auxquels peuvent donner lieu l'interprétation ou l'application de la Convention.

4. Les autorités compétentes des Etats contractants peuvent communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord comme il est indiqué aux paragraphes précédents.

Article 26. ECHANGE DE RENSEIGNEMENTS

1. Les autorités compétentes des Etats contractants échangeront les renseignements nécessaires pour appliquer les dispositions de la présente Convention. Les renseignements ainsi échangés sont tenus secrets et ne sont communiqués qu'aux personnes, autorités ou tribunaux qui participent à l'établissement ou au recouvrement des impôts visés par la présente Convention ou aux poursuites ou aux décisions sur recours connexes.

2. Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à un Etat contractant l'obligation :

a) De mettre en œuvre des mesures administratives dérogeant à sa législation et à sa pratique administrative ou à celles de l'autre Etat contractant;

b) De fournir des renseignements auxquels sa législation ou sa pratique administrative normale ou de celles de l'autre Etat contractant ne permettent pas d'avoir accès;

c) De fournir des renseignements qui révéleraient un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial ou des renseignements dont la divulgation serait contraire à l'ordre public.

Article 27. MEMBRES DE MISSIONS DIPLOMATIQUES OU CONSULAIRES

Les dispositions de la présente Convention s'entendent sans préjudice des privilèges fiscaux dont bénéficient les agents diplomatiques ou consulaires, en vertu des règles générales du droit international ou de dispositions d'accords particuliers.

Article 28. ENTRÉE EN VIGUEUR

1. La présente Convention sera soumise à ratification et les instruments de ratification seront échangés à Prague dès que possible.

2. La Convention entrera en vigueur dès l'échange des instruments de ratification et ses dispositions deviendront applicables :

a) En ce qui concerne les impôts retenus à la source, aux revenus perçus à compter du 1^{er} janvier de l'année civile suivant immédiatement celle de l'entrée en vigueur de la Convention;

b) En ce qui concerne les autres impôts visés à la présente Convention, aux impôts exigibles pour toute année d'imposition commençant à compter du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention.

Article 29. DÉNONCIATION

L'un ou l'autre des Etats contractants pourra dénoncer la présente Convention à partir de l'expiration de la troisième année suivant la date de son entrée en vigueur, moyennant notification écrite transmise par la voie diplomatique, sous réserve que cette dénonciation soit notifiée le 30 juin de toute année civile ou avant cette date.

En pareil cas, la Convention s'appliquera pour la dernière fois :

a) En ce qui concerne les impôts retenus à la source, aux revenus perçus avant l'expiration de l'année civile au cours de laquelle la dénonciation aura été notifiée;

b) En ce qui concerne les autres impôts visés à la présente Convention, aux revenus perçus au cours de l'année d'imposition commençant au cours de l'année civile au cours de laquelle la dénonciation aura été notifiée.

FAIT à Brasília, le 26 août 1986, en double exemplaire, en langues portugaise, tchèque et anglaise, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais départagera.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République socialiste
tchécoslovaque :

[Signé]

JAROMIR ZAK

PROTOCOLE

Au moment de procéder à la signature de la Convention entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République socialiste tchécoslovaque tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu, les soussignés, à ce dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes qui font partie intégrante de la Convention.

1. *En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'article 7*

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 7 signifiant que les dépenses exposées aux fins de l'établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration, seront admises en déduction qu'elles aient été exposées dans l'Etat dans lequel l'établissement stable est situé ou ailleurs.

2. *En ce qui concerne le paragraphe 3, a de l'article 11*

Il est entendu que l'expression « un organisme qui est l'entière propriété de ce gouvernement » s'entend :

a) Dans le cas du Brésil, de la Banque centrale du Brésil (« Banco Central do Brasil ») et de la Banque du Brésil (« Banco do Brasil »);

b) Dans le cas de la Tchécoslovaquie, de la Banque commerciale tchécoslovaque (« Československá » Obchodní Banka »).

3. *En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'article 12*

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 12 s'appliquent aux revenus tirés en contrepartie de la prestation de services techniques et d'assistance technique.

4. *En ce qui concerne l'article 14*

Il est entendu que les dispositions de l'article 14 s'appliquent même si les activités sont exercées par une société civile (« Sociedade civil »).

5. *En ce qui concerne le paragraphe 2 de l'article 24*

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 5 de l'article 10 ne sont pas incompatibles avec les dispositions du paragraphe 2 de l'article 24.

6. *En ce qui concerne le paragraphe 3 de l'article 24*

Les dispositions de la législation du Brésil qui ne permettent pas que les redevances définies au paragraphe 3 de l'article 13, payées par une société qui est un résident du Brésil à un résident de la République socialiste tchécoslovaque qui détient au moins 50 p. 100 du capital donnant droit de vote de ladite société, soient déductibles au moment du calcul du revenu imposable de la société qui réside au Brésil, ne sont pas incompatibles avec les dispositions du paragraphe 3 de l'article 24 de la présente Convention.

FAIT à Brasília, le 26 août 1986, en double exemplaire, en langues portugaise, tchèque et anglaise, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais départagera.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République socialiste
tchécoslovaque :

[Signé]

JAROMIR ZAK
